



UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA
CENTRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO

DEREK WARWICK DA SILVA TAVARES

DISPOSITIVOS DE INFORMAÇÃO: ARQUIVOS, MEMÓRIAS E INFORMAÇÃO

JOÃO PESSOA
2015



UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA
CENTRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO

DEREK WARWICK DA SILVA TAVARES

DISPOSITIVOS DE INFORMAÇÃO: ARQUIVOS, MEMÓRIAS E INFORMAÇÃO

Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-graduação em Ciência da Informação, PPGCI, Universidade Federal da Paraíba - UFPB, como requisito à obtenção do título de mestre em Ciência da Informação.

Linha de pesquisa: Memória, Organização, Acesso e Uso da Informação.

Orientador: Professor Doutor José Mauro Matheus Loureiro

JOÃO PESSOA
2015

T231d Tavares, Derek Warwick da Silva.
Dispositivos de informação: arquivos, memórias e informação /
Derek Warwick da Silva Tavares. – João Pessoa, 2015.
81f.

Orientador: José Mauro Matheus Loureiro.
Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal da Paraíba,
Centro de Ciências Sociais Aplicadas.

1. Dispositivo de Informação. 2. Ciência da Informação.
3. Memória. 4. Arquivo. I. Loureiro, José Mauro Matheus. II. Título.

CDU 02(043)

FOLHA DE APROVAÇÃO

DEREK WARWICK DA SILVA TAVARES

DISPOSITIVOS DE INFORMAÇÃO: ARQUIVOS, MEMÓRIAS E INFORMAÇÃO

Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-graduação em Ciência da Informação, PPGCI, Universidade Federal da Paraíba - UFPB, como requisito à obtenção do título de mestre em Ciência da Informação.

Linha de pesquisa: Memória, Organização, Acesso e Uso da Informação.

Aprovada em: 27 / 02 / 2015.

José Mauro Matheus Loureiro
José Mauro Matheus Loureiro (Orientador)
Doutor em Ciência da Informação, PPGCI - UFPB

Eduardo Ismael Murgua Maraño
Eduardo Ismael Murgua Maraño (Membro Externo)
Doutor em Educação, PPGCI - UFF

Bernardina M. J. Freire de Oliveira
Bernardina M. J. Freire de Oliveira (Membro Interno)
Doutora em Letras, PPGCI - UFPB

João Marcus Figueiredo Assis (Membro Externo - suplente)
Doutor em Ciências Sociais, UERJ

Carlos Xavier de Azevedo Netto (Membro Interno - suplente)
Doutor em Ciência da Informação, PPGCI - UFPB

À Yúrika Sato e aos meus
pais, com gratidão, DEDICO.

AGRADECIMENTOS

Sou o uno e o múltiplo; meu trabalho é uno e múltiplo; minhas relações são únicas, mas múltiplas!

Estiveram comigo durante o desenvolvimento desta dissertação aqueles viventes e aqueles não viventes, a estes devo agradecimento, não por obrigação, mas por gratidão e honraria.

Agradeço a maior conquista de todas possíveis da experiência do mestrado: a amizade do meu amado professor, orientador, amigo e 'pai', José Mauro Matheus Loureiro. Suas contribuições, exigências, competência, inteligência e humor fizeram com que este trabalho se tornasse menos árduo e mais alegre. Na dificuldade, tinha certeza de sua presença ao meu lado, sempre! Tê-lo como orientador se tornou um detalhe, diante de tudo isso.

À Eduardo Ismael Murguia Marañon, pela atenção dedicada à leitura e contribuição para este trabalho. Sua luminosidade e brilho de pensamento tornaram brilhante aquilo que ainda estava obscuro.

À Bernardina Freire, professora das horas boas e difíceis. Suas contribuições, sempre cirúrgicas e pontuais, foram determinantes no enriquecimento deste trabalho.

Ao professor Carlos Xavier pela participação da banca examinadora e, sobretudo, pelos conselhos, fundamentais no meu amadurecimento acadêmico. Sua amizade me fez crescer.

Ao professor João Marcus, pela leitura atenciosa e comprometida com este trabalho.

Ao professor e amigo Nildo Avelino pela amizade e consistentes diálogos em meio aos estudos foucaultianos. Com toda certeza, uma relação para além dos estudos.

À Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) pelo financiamento desta pesquisa.

À todos aqueles que compõem o corpo discente do Programa de Pós-graduação em Ciência da Informação (PPGCI) da Universidade Federal da Paraíba (UFPB). Em especial àqueles que com sua amizade alimentaram e fortificaram a vida e o conhecimento: *Adriana Carla, Ana Córdula, Camila Augusta, Cyntia Chaves, Emilson Garcia, Felipe Brasileiro, Fernando Augusto, Hamilton Tabosa, Jailma Simone, Luiz Eduardo, Shara Rachel, Thais Catoira, Zayr Claudio.*

Ao PPGCI/UFPB e todo seu corpo docente e técnico-administrativo, em especial a Elton Bruno, o indelével, pela amizade sincera e pelos excelentes serviços prestados.

À minha amiga, 'irmã', Karlene Braga pela amizade, apoio e auxílio na compreensão e superação dos momentos de dificuldades e das alegrias compartilhadas nas coisas boas da vida.

Aos meus familiares, Germano Tavares (pai), Maria da Conceição (Mãe) e Gleydson Tavares (irmão) que, por vezes, sem saber do que se tratavam as minhas angustias sempre estiveram à disposição em estender a mão e o abraço familiar.

À Yurika Sato, que com palavras não sou capaz de agradecer. Minha companheira inseparável de todos os momentos, razão do meu início e do meu devir.

EPÍGRAFRE

"Uma coisa é uma regra de conduta, outra é a conduta em relação à regra".
(AVELINO, 2004, p. 94).

RESUMO

Esta pesquisa analisa as dinâmicas do fenômeno informação como instrumento de desenvolvimento das lógicas e valores presentes nos quadros da Memória Social construídos e geridos no interior dos espaços arquivísticos. Para tanto, este estudo privilegia a noção de "dispositivo" tal como elaborada na obra de Michel Foucault a partir de uma ideia eixo-circular que envolve *saber/ poder/ ética* e derivações como os "dispositivos de informação". Os conceitos e noções empregados são desenvolvidos em uma perspectiva privilegiadora da inter-relação entre Ciência da Informação/Filosofia/Ciências Sociais.

Palavras chaves: Dispositivo de Informação. Memória. Arquivo. Ciência da Informação.

ABSTRACT

This piece of research analyzes the dynamics of the information phenomenon as a tool for the development of the logics and values present in the tables of Social Memory built and managed within the archival spaces. Therefore, this study favors the notion of "device" as elaborated in the work of Michel Foucault from a circular axis idea involving knowledge/power/ethics and derivations as "information devices". The employed concepts and notions are developed in a privileged perspective of the interrelation among Information Science/Philosophy/Social Sciences.

Keywords: Information Device. Memory. Archive. Information Science

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO.....	11
2 DISPOSITIVO: UMA NOÇÃO COMPREENSIVA PARA A INFORMAÇÃO....	15
2.1 FOUCAULT, UMA COMPOSIÇÃO MULTILINEAR: SABER, PODER E SUB-JETIVIDADE.....	15
2.2 DISPOSITIVO: ENTRE O FAZER, VER E DIZER.....	25
2.3 A ATUALIZAÇÃO DOS DISPOSITIVOS: AGENCIAMENTO.....	31
3 DISPOSITIVO DE INFORMAÇÃO: ENTRE ARQUIVO E MEMÓRIA.....	36
3.1 PULSÃO DE ARQUIVO: ENTRE MORTE E MEMÓRIA.....	39
3.2 MEMÓRIA: CONCEITO MÚLTIPLA E HETEROGÊNEO	51
4 MATIZANDO AS NOÇÕES, APONTANDO EVIDÊNCIAS.....	65
5 EFETUANDO O NÓ, AMPLIANDO O CORTE: CONSIDERAÇÕES FINAIS..	72
REFERÊNCIAS.....	76

1 INTRODUÇÃO

O arquivo compreende duas perspectivas distintas, porém, complementares. A primeira, referente à guarda e à hermenêutica¹ e a última, um espaço de saber, poder e subjetivação onde a informação é organizada e articulada a fim de subsidiar a construção da memória social. No interior dessas instituições, diversas dinâmicas são desenvolvidas gerando normas, padrões e sistemas de arquivamento com o intuito de aperfeiçoar ações institucionais, governamentais e políticas.

Essas práticas atuam internamente a partir de enunciados específicos, que formulam discursos e desenvolvem práticas sociais de subjetivação por meio dos documentos e das ações documentárias. É a partir dessa compreensão que se propõe estudar as construções da memória no interior dos arquivos, em articulação e envolvimento com os dispositivos de informação.

Para o desenvolvimento deste estudo, adotamos as perspectivas filosóficas do pensamento de Michel Foucault a partir da noção de um eixo-circular que compreende o "saber", o "poder" e a "subjetividade". Tais categorias integrariam um movimento contínuo no desenvolvimento de suas pesquisas que destacariam, em um primeiro momento, a noção de "epistemé" e, posteriormente, a noção de "dispositivo". As perspectivas foucaultianas, sobretudo a noção de "dispositivo", nos permitiram um maior aprofundamento acerca dos estudos do arquivo e do fenômeno da memória em sua relação com o social.

Em sua abordagem aos "dispositivos", Foucault descentraliza o seu foco de pesquisa dos quadros do "Discurso"

¹ Neste momento, entende-se por Hermenêutica a atividade ontológica de interpretação textual ou documental. Contudo, consideramos ainda a concepção gnosiológica da hermenêutica.

(*epistemé*) para os aspectos do “não discursivo”. Dessa nova perspectiva emerge a noção de “dispositivo”, que se caracteriza resumidamente como a tomada do dito e do não dito, ou seja, do discursivo e do não discursivo, estabelecendo uma rede entre tais elementos capazes de descrever uma determinada formação histórica (FOUCAULT, 2010, p. 244).

O dispositivo articula, portanto, as assimetrias discursivas/não discursivas e as formas de ocultação e produção de verdades através de um conjunto articulado ou não de saberes e poderes que produzem subjetividades.

No âmbito da Ciência da Informação, Wilke (2009) elabora a noção de “dispositivo de informação” configurando sua maior abrangência e diferenciando-o da noção de “regime de informação”. O “dispositivo” envolve aspectos relacionados aos três eixos do pensamento de Michel Foucault: saber, poder e subjetividade. González de Goméz (1996) afirma que a principal característica de um “dispositivo de informação” é a sua capacidade de atravessamento que o constitui como um “dispositivo de dispositivos”, ou seja, um dos elementos fundamentais e constituintes de diversos outros dispositivos.

Nesse sentido, esta dissertação tenciona analisar as dinâmicas do fenômeno informação nas construções da memória social desenvolvidas no interior dos espaços arquivísticos privilegiando a noção de “dispositivo”, tal como elaborada na obra de Michel Foucault. Intentando-se, ainda, refletir acerca das lógicas e valores presentes em tais construções, empregando a noção de “dispositivos de informação”. Sob este aspecto, é refletida a inter-relação informação/memória social no interior da Ciência da Informação, bem como a noção de “dispositivo de informação” em suas relações com os quadros da construção e preservação da memória social, na tentativa de analisar as teorias e ações informacionais adotadas nas instituições arquivísticas para elaboração dos “dispositivos de informação”.

Com base nessa condição peculiar dos dispositivos de informação, aproximamo-nos metodologicamente e descritivamente dos elementos que compõem o detalhamento deste trabalho a partir dos arquivos e das teorias e práticas desenvolvidas no seu interior, com destaque, sobretudo, para os procedimentos de avaliação e seleção documental, buscando com isso estabelecer as estratégias arquivísticas que constroem, condicionam e atualizam a memória em seu aspecto coletivo e social. Assim sendo, este trabalho se divide em capítulos da seguinte maneira.

No primeiro capítulo, são apresentadas a noção de dispositivo e suas peculiaridades conceituais desenvolvidas por Michel Foucault, Giorgio Agamben e Gilles Deleuze. Contudo, para poder realizar tal compreensão, foi necessário realizar uma revisão de literatura em torno do pensamento de Michel Foucault, apontando para um eixo-circular de composição filosófica que apresenta as noções do saber, do poder e da subjetividade. Todos esses elementos atuando na composição e resultado dos dispositivos.

No capítulo seguinte, são desenvolvidas as considerações a respeito dos dispositivos de informação, buscando destacar sua noção e características. Para estabelecer a relação entre o dispositivo de informação e os arquivos e a memória, também é abordado neste capítulo, a questão do arquivo e da memória e suas nuances conceituais, teóricas, técnicas e sociais. Quanto ao arquivo, considera-o como o efeito de uma vontade, denominada aqui de *vontade de arquivo*, onde diversos aspectos entram no jogo dos desejos em sua composição, como os elementos enunciativos e as relações de poder, fazendo com que toda sua composição seja tomada a partir de uma leitura e escrita consciente dos arquivos. Com relação à memória, é realizada uma incursão em torno do pensamento filosófico clássico e moderno, bem como sob o campo das ciências sociais, com destaque para a concepção da memória

coletiva.

No terceiro capítulo, “*matizando as noções, apontando evidências*”, busco homogeneizar a discussão em torno dos elementos abordados nos capítulos anteriores, na tentativa de estabelecer não somente as relações que envolvem os arquivos e a memória com os dispositivos de informação, mas, sobretudo, quais os efeitos dessa relação.

No último capítulo, são apresentadas as considerações finais do trabalho, apontando as principais ideias alcançadas com este estudo.

Nesse caso, o interesse arraigado em detrimento do perfil da formação acadêmica² impulsionou-me a investigar e ampliar os horizontes de investigações e as perspectivas em torno do arquivo em sua estreita relação com a informação e a memória. Tentamos situar este estudo no campo das novas ferramentas de visualização e leitura dos espaços arquivísticos, da memória e da informação em sua constante relação heterogênea com o social. Dessa forma, este trabalho justifica-se pelo desejo particular de ampliação dos estudos filosóficos, epistemológicos e políticos em torno dos arquivos e sua relação com a memória social, sobretudo a partir do campo do conhecimento da Ciência da Informação, que necessariamente possui a capacidade potencializadora de refletir acerca das práticas, técnicas e ações desenvolvidas no interior desses espaços de informação de maneira filosófica, teórica e política.

² Arquivista e Historiador.

2 DISPOSITIVO: UMA NOÇÃO COMPREENSIVA PARA A INFORMAÇÃO

Neste capítulo, é apresentada a noção de "dispositivo" que se constitui como um dos elementos essenciais do pensamento desenvolvido por Michel Foucault, tendo sido empregado estrategicamente na elaboração das denominadas "pesquisas do tempo presente". Compreendendo a difusão dessa noção em todo o pensamento foucaultiano, se faz necessário realizar uma incursão em torno de sua filosofia, com um objetivo claro de melhor compreender a dinâmica do termo e a sua colocação no campo dos estudos da filosofia, da política e do social.

2.1 FOUCAULT, UMA COMPOSIÇÃO MULTILINEAR: SABER, PODER E SUBJETIVIDADE

Inicialmente elaborada sob a perspectiva "arqueológica³", a noção de dispositivo permitirá ao autor desenvolver suas análises sobre "a ética das práticas epistemológicas, ajudando a perceber o que não somos mais e o que ainda somos" (EIZIRIK, 2005, p. 33). Nesta perspectiva, encontra-se uma "tentativa de fazer uma história inteiramente diferente daquilo que os homens disseram" (FOUCAULT, 2008, p. 156), afastando-se da preocupação com a totalidade objetiva do passado e da sua verdade e aproximando-se das formas de produção e ocultação das verdades ou discursos que fazem emergir informação e conhecimento.

³ A perspectiva da Arqueologia se caracteriza como um método elaborado e utilizado por Michel Foucault para o desenvolvimento de suas pesquisas que tinham como foco inicial não somente a dimensão histórica dos saberes, mas também as dimensões filosóficas, política, econômica. Na Arqueologia, Foucault desenvolveu os seguintes estudos: *História da Loucura na Idade Clássica* (1978), *O Nascimento da Clínica* (1998) e *As Palavras e as Coisas* (1981).

Alguns autores⁴, amparados em aspectos metodológicos e de pesquisa, classificaram o pensamento foucaultiano através de "fases"⁵. Essa abordagem, contudo, revelou-se linear e restritiva⁶. Assim considerando, adotamos as abordagens de Deleuze (1990) para quem o sistema de pensamento foucaultiano manifesta-se a partir de descontinuidades: "os grandes pensadores são um tanto sísmicos, não evoluem, procedem por crises, por choques"⁷. (*Ibid*, p. 155, tradução nossa). Para os fins deste estudo, adotaremos as análises acerca do pensamento foucaultiano a partir da ideia de "eixos"⁸, tal como proposta pelo autor citado anteriormente, possibilitando uma melhor visualização dos elementos do dispositivo.

O pensamento de Foucault encontra-se voltado para os modos de ocultação e visibilidade mais do que daquilo que é propriamente oculto. Para o autor, este último nada mais revela do que aquilo que nos é visível. A identificação das formas de ocultação e de visibilidade revela procedimentos, estratégias, técnicas e dispositivos que, de alguma maneira, em uma dada época, tiveram por função atuar sobre os sujeitos. Nessa perspectiva, inconformado com as linearidades discursivas da história, afirma:

⁴ Dentre eles, podemos citar: Machado (1981); Leal (2005); Vasconcelos (2007).

⁵ As chamadas fases do pensamento de Michel Foucault são: a) "Arqueológica", b) "Genealógica" e c) "Ética". A primeira inicia-se a partir da "História da Loucura" e de "As Palavras e as Coisas"; obras nas quais o autor irá se dedicar ao estudo dos discursos em sua relação com o saber em jogos de verdade. A "fase Genealógica" é dedicada ao exame da ciência disciplinar enquanto saber que envolve condições e relações de poder. Por último, a "fase Ética" decorrerá das pesquisas voltadas para a prática do "Cuidado de Si" e da "Governamentalidade", especificamente no projeto da "História da Sexualidade" e nos cursos do Collège de France.

⁶ Deleuze (2006), Rabinow e Dreyfus (1995).

⁷ "Los grandes pensadores son algún tanto sísmicos; no evolucionan, sino que avanzan por crisis, por sacudidas". (DELEUZE, 1990, p. 155)

⁸ Os "eixos" são configurados como linhas que possuem historicidade de composição e atravessamento dos saberes, poderes e subjetividades.

Se ter o sentido da História é ler com uma atenção respeitosa as obras dos grandes historiadores, duplicá-las na ala direita com um nada de fenomenologia existencial, e, na esquerda, com uma bagatela de materialismo histórico, se ter o sentido da História é pegar a História pronta, aceita na Universidade, acrescentando apenas que é uma História burguesa, que não leva em conta a contribuição marxista, neste caso, é verdade que eu não tenho, absolutamente, o sentido da História! (FOUCAULT, 2006, p. 97).

Assim, o sentido da História constitui-se a partir da história do nosso presente que investigaria e apresentaria formas, estratégias, saberes e poderes que nos constituíram enquanto indivíduos-sujeitos na contemporaneidade.⁹ Desse modo, Foucault considera que suas interpretações sempre foram de natureza genealógica:

Três domínios da genealogia são possíveis. Primeiro, a ontologia histórica de nós mesmos na relação com a verdade através da qual nos constituímos como sujeitos do conhecimento; segundo, a ontologia histórica de nós mesmos em relação ao campo do poder através do qual nos constituímos como sujeitos agindo sobre os outros; terceiro, a ontologia histórica em relação à ética através da qual nos constituímos como agentes morais. São possíveis, então, três eixos para a genealogia. Todos os três estiveram presentes, ainda que de forma confusa, na "História da Loucura". O eixo da verdade foi estudado no "Nascimento da Clínica" e nas "Palavras e as Coisas". O eixo do poder foi estudado em "Vigiar e Punir, e o eixo ético na "História da Sexualidade" (FOUCAULT, 1995, p. 262)¹⁰.

⁹ Nas pesquisas elaboradas por Michel Foucault, é presente a figura do sujeito enquanto indivíduo subjetivado, tais como o "louco" (História da Loucura, 1978), o "criminoso" (Vigiar e Punir, 2001), e o "sujeito sexual" (História da Sexualidade, 1999, 1998, 2005).

¹⁰ In: DREYFUS, H. L.; RABINOW, P. **Michel Foucault, uma trajetória filosófica (além do estruturalismo e da hermenêutica)**. Trad. Vera Porto Carrero. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1995.

Assim considerando, a citação acima nos permite delinear a dinâmica do pensamento foucaultiano a partir da perspectiva de um eixo-circular de formação e relacionamento, onde não existem lados, nem divisões, apenas movimentos de continuação, descontinuação, ruptura e atravessamento. Na movimentação do eixo, encontraremos o saber (verdade), o poder e a subjetividade (ética).

Essa perspectiva "eixo-circular" possibilita perceber que o pensamento de Foucault, apesar de todas as suas crises fundamentais, jamais se desvincilhou dos demais elementos constitutivos do seu eixo epistemológico. A elaboração de seu sistema de pensamento sempre foi tomada na perspectiva da crise que o conduzia a novas descobertas, mas nunca ao abandono do que já havia sido feito.

O primeiro eixo trata do saber. Aqui, Foucault desenvolverá as "pesquisas arqueológicas", detendo-se nos papéis do discurso por meio da "Arqueologia do Saber" e interrogando-se acerca da *ordem das coisas* ou das "formações discursivas"¹¹. Trata-se de uma reflexão sobre os quadros que propiciaram o estabelecimento e/ou a formação de uma ordem das coisas nos quadros da cultura ocidental. Neste caso, a "arqueologia" consiste, sobretudo, na interrogação das "formações discursivas" a fim de encontrar essa(s) ordem(ns).

Há que se ressaltar que a "arqueologia" enquanto método de investigação intenta radicalizar a crítica ao sujeito baseada na ideia da morte do homem fundamentada em Nietzsche¹².

¹¹ No pensamento de Foucault, as formações discursivas são "conjunto de regras anônimas, históricas, sempre determinadas no tempo e no espaço, que definiriam em uma época dada, e para uma área social, econômica, geográfica ou linguística dada, as condições de exercício da função enunciativa" (FOUCAULT, 2009a, p. 133).

¹² Nesta leitura realizada sobre o pensamento nietzsiano, Foucault em *As Palavras e as Coisas* (1981) dará a sua compreensão e ampliação aos resultados derivados dessa morte divina, apontando que a morte do homem também estaria por vir, quando afirma que: "Nietzsche reencontrou o ponto onde o homem e Deus pertencem um ao outro, onde a morte do segundo é sinônimo do desaparecimento do primeiro, e onde a promessa do além-do-homem

A interpretação de Foucault consiste de análise produzida a partir das práticas e filosofias de um “mundo da representação infinita” (DELEUZE, 2006, p. 134), onde a figura divina (infinita) era colocada no patamar superior das representações em sobreposição à figura do homem (finito). Neste caso, o homem só teria aparição no momento de sua relação com o divino e tais relações constituíram-se como:

Forças de fora, já que o homem é limitado e não pode dar conta dessa potência mais perfeita que o atravessa. Por isso, o composto das forças no homem, por um lado, e, por outro, das forças de elevação ao infinito que elas enfrentam, não é uma forma-Homem, mas a forma-Deus (DELEUZE, 2006, p. 133).

Assim considerando, o “homem” ou o “humano” surgirá somente a partir dos séculos XVIII e XIX com a aparição das Ciências Humanas:

No plano dos saberes, a gramática geral se transmutou em linguística, a história natural deu lugar à biologia e a análise das riquezas foi substituída pela economia política. [Ou seja] Novos campos do saber cuja forma-homem está no cerne (SOUTO, 2011, p. 139).

Esses novos saberes terão o “homem” como objeto central de suas ideias e de seu desenvolvimento. No entanto, o homem que surge após o fim do século XVIII será constituído a partir de um modelo de sujeito cuja feição não é universal, isto é, um modelo de humano sem história. O sujeito humano será compreendido como produto de uma história, inventado pelos

significa, primeiramente e antes de tudo, a iminência da morte do homem” (FOUCAULT, 1981, p. 358).

saberes. Nesse aspecto, Foucault preocupa-se em pensar as “formações discursivas”, enquanto:

Um conjunto de regras anônimas, históricas, sempre determinadas no tempo e no espaço, que definiriam em uma época dada, e para uma área social, econômica, geográfica ou linguística dada, as condições de exercício da função enunciativa (FOUCAULT, 2009a, p. 133).

As “formações discursivas” serão tomadas por aquilo que o autor denomina de *epistemé*: “conjunto das relações que podem ser descobertas, para uma época dada, entre as ciências, quando estas são analisadas ao nível das regularidades discursivas” (FOUCAULT, 2009a, p. 214). O objetivo é conhecer a formação dos discursos das ciências humanas e quais as regras que balizaram seu processo de formação.

No segundo eixo, as reflexões se voltam para as questões relacionadas ao “poder”, ocorrendo então a “virada genealógica” que enfatiza a “ordem do poder” e não mais apenas a “ordem do discurso” e de suas formações¹³. Essa “virada” comprehende o “discurso” como um conjunto de enunciados que unidos formam uma “ordem” que se constitui como poder ou lugar de poder. O “discurso” não servirá apenas para descrever, mas principalmente para tornar-se objeto de desejo, luta, conquista, dominação e uso:

¹³ A partir da década de 1970, Foucault é nomeado como professor do Collège de France para lecionar a cadeira intitulada “História dos Sistemas de Pensamento”. Como prática cultural da instituição, cada professor recém-nomeado, deveria ministrar uma aula inaugural. E nessa aula inaugural, que Foucault irá intitular de “A Ordem dos Discursos”, será apresentada uma nova compreensão acerca dos discursos. Na sua apresentação, Foucault irá instaurar uma “arqueologia do discurso”, percebendo-o como um conjunto constituído de enunciados que, por sua vez, agrupados formam um sentido, formam uma ordem de sentido (FOUCAULT, 2009b).

Em uma sociedade como a nossa, conhecemos, é certo, procedimentos de exclusão. O mais evidente, o mais familiar também, é a interdição. Sabe-se bem que não se tem o direito de dizer tudo, que não se pode falar de tudo em qualquer circunstância, que qualquer um, enfim, não pode falar de qualquer coisa (FOUCAULT, 2009b, p.9).

Assim, o “discurso” é tomado como lugar onde se permite falar ou fazer calar e, portanto, inscrito na esfera de poder onde, por exemplo, são exercidos os mais diferentes domínios sobre a sexualidade, a política e o corpo. Nesse sentido, o “discurso” é entendido não só como unidade de poder, mas também como objeto do desejo e campo de lutas pela conquista de seu domínio. Configurando-se elemento de poder, refletir acerca da “ordem do discurso” torna-se, por conseguinte, investigar a ordem do poder.

A partir desse pressuposto, Foucault desloca na década de 1970, seu projeto de uma “arqueologia” a qual investiga a “ordem das coisas” para um projeto de estudo genealógico voltado para a análise da “ordem dos discursos” ou a “ordem do poder”. Esse cenário de mudança é denominado pelos estudiosos do pensamento foucaultiano de “virada genealógica”. Enquanto a “arqueologia” indaga sobre a formação dos discursos, a genealogia busca perceber como essas formações interferem e delineiam uma lógica de poder. A “genealogia”, segundo o autor, consiste em ferramentas e/ou análises sobre o exercício do poder e não um conjunto de teorias definidas e imutáveis:

Todos os meus livros, seja a *Historic de la Folie*, seja este (*Vigiar e Punir*) são, se você quiser, caixinhas de ferramenta. Se as pessoas querem abri-los, se servir dessa frase, daquela idéia, de uma análise como de uma chave de fenda ou uma torquês, para provocar um curto-circuito, desacreditar os sistemas de poder, eventualmente até os mesmos que

inspiraram meus livros, pois tanto melhor (FOUCAULT, 1990, p. 220)¹⁴.

A partir dessa “perspectiva genealógica” ocorre uma ênfase na análise dos modos, das condições, dos acontecimentos, dos fatos, das técnicas e das estratégias em que os homens tornaram-se sujeitos na história ocidental, através das relações saber-poder. Fato esse que evidencia o aprofundamento das reflexões sobre os discursos como produto das relações de poder.

O terceiro eixo, nomeado por Deleuze (2006) de *subjetivo* ou *ético*, surge no pensamento de Foucault, como uma descoberta ou *insight*, quando ele, segundo Deleuze, conclui A *Vontade de Saber* e percebe um impasse, que:

Não é devido à sua maneira de pensar o poder, é antes porque ele descobriu o impasse no qual o próprio poder nos coloca, tanto em nossa vida quanto em nosso pensamento, nós que nos chocamos contra ele nas mais ínfimas verdades (DELEUZE, 2006, p. 103).

Após ter apontado as condições e fundamentos que conduziram o seu pensamento para um deslocamento entre a ideologia e a questão do saber-poder, Foucault realiza uma autocrítica epistemológica apontando outro deslocamento, que emerge a partir da sua própria construção, ou seja, do saber-poder, para o aspecto do “governo” e da “verdade”. Dessa forma, ele afirma:

Desembaraçar-se da noção saber-poder como desembaraçar-se da noção de ideologia dominante. Dir-se-ia que sou perfeitamente hipócrita porque é evidente que não se desembaraça de seu próprio pensamento como se desembaraça do pensamento dos

¹⁴ Entrevista ao *Le Monde* (fevereiro 1975). In: ERIBON, Didier. Michel Foucault - uma biografia. São Paulo: Cia das Letras. 1990.

outros. Por consequência, eu serei certamente mais indulgente com a noção saber-poder do que com a noção de ideologia dominante, mas cabe a vocês me reprovarem. Na incapacidade, portanto, de tratar a mim mesmo como eu trataria os outros, eu diria que se trata essencialmente, passando da noção saber-poder para a noção do governo pela verdade, de dar um conteúdo positivo e diferenciado a esses dois termos saber e poder (FOUCAULT, 2011, p. 53).

Dessarte, esse deslocamento não necessariamente se constitui uma mudança radical no seu projeto da "História da Sexualidade" visto que esses elementos já estavam presentes nos outros dois eixos do seu pensamento. A descoberta então, segundo Eizirik (2005), acontece através das pesquisas sobre a "História da Sexualidade", especialmente no período que corresponde àquilo que chamaremos de um interstício entre o primeiro livro *A Vontade de Saber* (1976), e o segundo e terceiro livros, *Uso dos Prazeres*, e *O Cuidado de Si*, (publicados, respectivamente, em 1984). Foucault perceberá que as relações de saber e de poder atuam através da verdade e de maneira subjetiva e ética perante os indivíduos, constituindo-os em sujeitos sexuais. Nessa perspectiva, surgem as pesquisas voltadas para a cultura clássica grega, em especial a análise da prática da "*parrésia*"¹⁵ enquanto cuidado de si e as pesquisas voltadas para a cultura cristã ocidental e suas práticas de obediência e confissão, enquanto técnica de governo dos vivos.

Essas técnicas que Foucault nomeou como "técnicas de si" possuem como principal elemento a "verdade"¹⁶. A verdade de

¹⁵ A *parrésia* (*parrhesía, παρρησία*) aqui é compreendida por Foucault como uma fala franca que envolve a toda enunciação um custo. Tal como se encontra nos dicionários de língua grega, a citar: www.greek-language.gr

¹⁶ A "verdade" será compreendida por Foucault como "regimes de verdade" ou "regimes de veridicção". A "veridicção" é o termo empregado por Foucault para entender as transformações dos processos que conferem em um determinado momento um estatuto de verdade a determinadas práticas. Dessa forma, os regimes de verdade se apresentam como sendo "aquilo que constrange os indivíduos a esses atos de verdade, aquilo que define, que

si enunciada seja como um artifício de cuidado (*"parrésia"*) seja como uma renúncia de si (confissão). Segundo Foucault (2011), a confissão é a prática de poder (pastoral) retomada na modernidade como uma tecnologia política, através da qual o liberalismo retoma o cristianismo enquanto técnica de subjetivação. Gros (2010, p 365), por sua vez, a conceitua como sendo uma técnica de introspecção, ou seja, "uma maneira de submeter o indivíduo, requerendo-se dele uma introspecção indefinida e o enunciado exaustivo de uma verdade sobre ele mesmo".

A *"parrésia"*, por sua vez, aparece nos estudos de Foucault como uma postura ética realizada pelos gregos da antiguidade clássica, ou seja, ela é uma "maneira de se vincular a si mesmo no enunciado da verdade, de vincular livremente a si mesmo e na forma de um ato corajoso". (FOUCAULT, 2010, p. 64). Nesse sentido, Foucault estará propondo realizar uma história da maneira pela qual os efeitos de verdade¹⁷ produzem e governam a conduta dos homens, através das noções de "regimes de veridicção", que constituem estágios de governo e governança.

Desse modo, acreditamos que essa compreensão derivada do pensamento de Deleuze, que concebe uma leitura de que as práticas de saber e poder sempre são percebidas em sua natureza exterior, (muito embora tenha que se recorrer a aspectos internos), e nesse caso, esses elementos (saber e poder), não eram percebidos em sua condição interna. O que ocorre então é uma inversão, ou deslocamento "quando os 'exercícios que permitem governar-se a si mesmo' se deslocam ao mesmo tempo do poder como relação de forças e do saber como forma estratifi-

determina a forma desses atos; é aquilo que estabelece para esses atos condições, efetuações e efeitos específicos". (FOUCAULT, 2011, p. 77).

¹⁷ Por efeitos de verdade, entende-se o estatuto de independência que alcança a verdade perante os homens, passando a governá-los em suas condutas.

cada, como código de virtude" (DELEUZE, 2006, p. 107). Dessa forma, enquanto que, num primeiro momento, as práticas de saber e poder derivariam de naturezas externas, no segundo momento, e recorrendo aos gregos, seria necessário primeiramente fazer uma gestão de si mesmo, ou como nas palavras de Deleuze (2006), criar um forro interior para que possa emergir uma exterioridade governamental. De todo modo, é como a descoberta de uma *fuga* para os regimes mutáveis de poder e saberes estatificados:

Como se as relações do lado de fora se dobrassem, se curvassem para formar um forro e deixar surgir uma relação consigo, constituir um lado de dentro que escava e desenvolve segundo uma dimensão própria: a *enkrateia*, a relação consigo como domínio [...] (DELEUZE, 2006, p. 107).

Nessa relação consigo mesmo que os gregos apresentam, o domínio pode escapar de uma exterioridade e se voltar para uma interioridade íntima do "sujeito", estabelecendo um lado interior capaz de se autogovernar, resistindo aos poderes.

O que se alcançou após essa reflexão em torno do pensamento de Foucault, é que todos os seus objetos de investigação, sobretudo, a partir do segundo eixo de pensamento, que envolve sexualidade, prisão e confissão, se comportam como práticas e estratégias específicas de dispositivos atuantes em nossa sociedade. Dessa forma, não seria possível avançar nos estudos acerca dos dispositivos, sem antes compreender suas diversas atuações.

2.2 DISPOSITIVO: ENTRE O FAZER, VER E DIZER

A partir da segunda metade da década de 1970, as obras de Foucault tratam das questões relacionadas ao poder enquanto

forma de sujeição, e a ideia de "dispositivo" desenvolve-se progressivamente como termo frequente em suas investigações, atuando de maneira estratégica na abordagem e explicação dos seus problemas de pesquisa. Em diferentes momentos de suas pesquisas, o autor denomina seus objetos de análises como dispositivos. Embora não possamos sublinhar quaisquer especificidades, é possível identificar, no percurso de seu pensamento¹⁸, elementos que foram tomados, ou identificados, como dispositivos principais: a "verdade", os saberes (ciência), a sexualidade e o panóptico. A configuração do "dispositivo" parece, por vezes, difusa tendo em vista que o autor não se preocupou em especificá-lo no decorrer da construção de seu sistema de pensamento. Inicialmente, contudo, é possível compreendê-lo como um entrecruzamento multilinear que articula e, ao mesmo tempo, mantém estáveis e instáveis as relações entre instituições, documentos, discursos, dentre outros, na constituição de um saber, de um poder e de uma subjetividade. Tais relações se dão a partir de uma urgência ou de um acontecimento possuindo, assim, uma historicidade.

A noção de "dispositivo", segundo Agambem (2009), parte de um encadeamento estritamente lógico que ultrapassa intenções e motivações caracterizando os métodos, as técnicas e as práticas os quais resultam em efeitos de controle pela via do discurso e do poder. Para o autor, o "dispositivo" constitui-se como "qualquer coisa que tenha de algum modo a capacidade de capturar, orientar, determinar, interceptar, modelar, controlar e assegurar os gestos, as condutas, as opiniões e os discursos dos seres viventes" (AGAMBEM, 2009, p. 40). Esses seres viventes, transformados em sujeitos sociais,

¹⁸ Em todo o pensamento de Foucault se percebe uma sempre atribuição aos seus objetos como dispositivos. Em "As Palavras e as Coisas", o dispositivo é a ciência ou os saberes. Em Vigiar e Punir, temos o panóptico, na História da Sexualidade, as *Sciencias Sexuales*.

serão o resultado das relações ocorridas no interior dos dispositivos, já que esses seriam formados pelo tempo e espaço de uma época, mediante as relações entre os homens.

Em sua leitura do pensamento de Michel Foucault, Deleuze (1990) opera uma significativa compreensão do dispositivo o qual será entendido como composto heterogêneo ou "meada" (nos termos deleuzianos) de linhas que se entrecruzam e se sobressaem ao mesmo tempo. O "dispositivo" é "antes de mais uma 'meada', um conjunto multilinear, composto por linhas de diferentes naturezas"¹⁹ (DELEUZE, 1990, p. 155, *tradução nossa*). Nesse caso, as linhas que Deleuze destaca são: "linhas de visibilidade", "linhas de enunciação", "linhas de força" e "linhas de subjetivação"²⁰.

As duas primeiras linhas que Deleuze destaca são as linhas de visibilidade e enunciação. A linha de visibilidade, compreendida como *regime de luz*, se constitui como sendo um dos aspectos históricos dos dispositivos, onde por ele serão observadas as formas pelas quais em um determinado período se iluminou ou se apagou um conjunto de saberes, poderes e sujeitos. Dessa forma, "cada dispositivo tem seu regime de luz, uma maneira como cai a luz, se esbate e se propaga, distribuindo o visível e o invisível, fazendo com que nasça ou desapareça o objeto que sem ela não existe"²¹. (DELEUZE, 1990, p. 155, *tradução nossa*). Outro aspecto histórico dos dispositivos são as linhas de enunciação. Segundo Deleuze (1990), a presença dos regimes de enunciação e as suas curvas são responsáveis por fazerem distribuir, sob um campo visível,

¹⁹ En primer lugar, es una especie de ovillo o madeja, un conjunto multilinear. Está compuesto de líneas de diferente naturaleza. (DELEUZE, 1990, p. 155).

²⁰ Existem outras linhas apontadas por Deleuze que compõem o dispositivo foucaultiano. No entanto, em nossa leitura percebemos que elas estão incluídas como subdivisões que serão contempladas no decorrer dos parágrafos.

²¹ "Cada dispositivo tiene su régimen de luz, la manera en que ésta cae, se esfuma, se difunde, al distribuir lo visible y lo invisible, al hacer nacer o desaparecer el objeto que no existe sin ella". (DELEUZE, 1990, p. 155).

as diferentes posições dos objetos. Para ilustrar essa ocorrência, basta imaginar um lugar escuro para onde tenham sido dirigidos alguns feixes de luzes sobre um ou vários lugares desse espaço. Tal direcionamento de luz fará com que algum(s) objeto(s) desse espaço se revele(m); no entanto, o feixe de luz não será capaz de oferecer a mesma luminosidade aos outros lados do espaço, continuando, assim, escuros tais espaços e fazendo com que outros possíveis objetos permaneçam ocultos.

Dessa visualização, alguns enunciados serão elaborados ou tomados, na condição de identificar, nomear e posicionar os objetos em diversos lugares, tornando-os distintos uns dos outros. Dessa feita, a questão não é saber apenas quais foram os elementos que se tornaram visíveis e os que permaneceram ocultos, mas, sobretudo, investigar as formas com que os feixes de luzes foram direcionados, sob quais estratégias e objetivos e, ainda, quais os regimes de enunciação se estabeleceram em consequência desse efeito de luminosidade.

Mas se os dispositivos comportam linhas de visibilidade e enunciação, por qual elemento elas serão capazes de se comportarem se não pelas linhas de força? Essas linhas de força produzem-se “em toda a relação de um ponto a outro e passam por todos os lugares do dispositivo”²² (DELEUZE, 1990, p. 156, tradução nossa). São essas linhas de força, compreendidas como o poder, que serão responsáveis por realizar o atravessamento, o cobrimento dos trajetos e a retificação das curvas das linhas de visibilidade e enunciação, organizando-as e direcionando-as.

Mas os dispositivos na perspectiva de Deleuze não podem ser “circunscritos por uma linha (força) que os envolve sem que outros vetores não deixem de passar por baixo e por cima

²² “Em toda relación de um punto com outro y passa por todos los lugares de um dispositivo”. (DELEUZE, 1990, 156).

[...]”²³ (DELEUZE, 1990, p.156, tradução nossa). Ou seja, os dispositivos não podem ser compreendidos como um conjunto de linhas internas envoltas e emaranhadas por linhas de força internas e externas. É preciso existir uma linha de fuga, e essa linha é a da subjetividade. Ela atua numa relação interna consigo mesmo, escapando-se das outras linhas, num processo de individualização. Assim, os “dispositivos” atravessam os indivíduos inscrevendo em seus corpos e mentalidades uma forma ou modo de ser (FANLO, 2011, p. 2), tendo em vista que:

(...) está sempre inscrito em um jogo de poder, estando sempre, no entanto, ligado a uma ou a configurações de saber que dele nascem, mas que igualmente o condicionam. É isto o dispositivo: estratégias de relações de força sustentando tipos de saber e sendo sustentadas por eles (FOUCAULT, 2010, p. 246).

Já apontamos que a “virada genealógica” que acontece no pensamento de Michel Foucault decorre, sobretudo, de uma problemática, envolvendo o campo dos discursos, compreendido como saberes, e o campo do poder, compreendido como relações de força. Nesse momento, diferentemente da arqueologia que buscava investigar a racionalidade discursiva, a genealogia pautará seus estudos na *Herkunft*, ou seja, na proveniência dos elementos, aqui pensado como o dispositivo.

Na perspectiva de Michel Foucault, a noção de “dispositivo”²⁴ decorre, sobretudo, da problemática que envolve os seus estudos com relação às “ordens do discurso”. Ao trazer à tona a relação saber/poder, Foucault estabelecerá uma

²³ “Circunscritos por una línea (força) envolvente sin que aun otros vectores no pasem por arriba o por abajo” (DELEUZE, 1990, p. 156).

²⁴ Embora se perceba na conceituação de Dispositivo, certos elementos presentes nos primeiros projetos de pesquisas de Michel Foucault, tais como o saber e o poder, de certa maneira, sua aparição somente acontecerá em meados da década de 1970, quando os seus estudos se voltam para uma perspectiva genealógica.

diferença entre aquilo que denominou de “Epistemé”²⁵ e os dispositivos. No primeiro momento de suas pesquisas, conforme já foi apontado, Foucault detém suas atenções para um tipo de pesquisa onde os objetivos estavam centrados numa arqueologia dos saberes, ou seja, uma investigação das condições, das formulações, das seleções e dos estabelecimentos dos discursos em nossa sociedade. A esse tipo de processo, Foucault denominou de “Epistemé”.

Centralizada, sobretudo, nos aspectos discursivos, a “epistemé” tornou-se, nos últimos estudos de Foucault, um tipo de processo que necessitaria ser observado sob outros aspectos, no caso, sob os aspectos não discursivos. Ao realizar essa transição nos seus estudos, Foucault adotará como elemento de suas análises não mais a “epistemé”, mas agora os “dispositivos” que serão compreendidos como sendo:

Um conjunto decididamente heterogêneo que engloba discursos, instituições, organizações arquitetônicas, decisões regulamentares, leis, medidas administrativas, enunciados científicos, proposições filosóficas, morais, filantrópicas. Em suma, o dito e o não dito são os elementos do dispositivo. O dispositivo é a rede que se pode estabelecer entre estes elementos. [...] (Ou ainda) um tipo de formação que, em um determinado momento histórico, teve como função principal responder a uma urgência (FOUCAULT, 2010, p. 244).

Na condição de elemento heterogêneo, o dispositivo se diferencia da “Epistemé” justamente no sentido em que esta última adota como unidade apenas o elemento discursivo, enquanto que o primeiro engloba tanto o elemento discursivo quanto o

²⁵ Por Epistemé, Foucault entende os seus estudos cujos objetivos estavam centrados nas análises das emergências de saberes e discursos na sociedade. Ou ainda, “como o dispositivo estratégico que permite escolher, entre todos os enunciados possíveis, aqueles que poderão ser aceitáveis no interior, não digo de uma teoria científica, mas de um campo de científicidade, e a respeito de que se poderá dizer: é falso, é verdadeiro.” (FOUCAULT, 2010, p. 247).

não discursivo em suas análises, tornando-se um tipo de investigação cuja análise recai sobre inúmeras condições, ou seja, da ordem do saber, do poder e da subjetividade. Desse modo, o discursivo e o não discursivo tornam-se elementos heterogêneos de investigação que têm como base os “dispositivos”.

Dessa forma, o “dispositivo” é entendido enquanto mecanismos de poder entrecruzados socialmente, integrando a condição humana, agindo como um apelo, atrairindo e extraindo as estranhezas pelas quais se desvela e por onde é possível governar o pensar e o agir sob e para o outro. (FOUCAULT, 2009c, p. 52). Ou ainda, como:

Um conjunto de práxis, de saberes, de medidas, de instituições cujo objetivo é de administrar, governar, controlar e orientar, em um sentido em que se supõe útil, os comportamentos, os gestos e os pensamentos dos homens (AGAMBEN, 2009, p. 39).

Desse modo, compreende-se o “dispositivo” enquanto composição multilinear que funciona em nossa sociedade como estratégias de governo²⁶ e de subjetivação que, por sua vez, respondem e funcionam através de relações de saber/poder. Logo, o “dispositivo” é uma estratégia que atua na transformação dos seres em sujeitos, através da ação de diversos outros dispositivos, bem como de agenciamentos que geram regimes, discursos e poderes de governamentalidades.

2.3 A ATUALIZAÇÃO DOS DISPOSITIVOS: AGENCIAMENTO

Levando-se em consideração que a leitura do Foucault realizada por Deleuze “lança mais luz sobre o próprio Deleuze

²⁶ “Governo entendido seguramente não no sentido restrito e atual de instância suprema de decisões executivas e administrativas em um sistema estatal, mas no sentido largo e antigo de mecanismos e procedimentos destinados a conduzir os homens, a dirigir a conduta dos homens, a conduzir a conduta dos homens”. (FOUCAULT, 2011, p. 53).

do que sobre Foucault" (GUTTING, 2001, p. 339), a relação traçada entre os dispositivos e os agenciamentos percorrerá indissociavelmente os pensamentos dos dois teóricos. Assim sendo, propor a relação entre dispositivo e agenciamento é adentrar na gramatura mínima e inatingível do social, tendo em vista que "a unidade real mínima não é a palavra, nem a ideia ou o conceito, nem o significante, mas o agenciamento" (DELEUZE, 1998, p. 65). Gilles Deleuze já operou tal investigação. Em sua concepção, os dispositivos quando somente encarados enquanto mecanismos de poder tornam-se capazes de perder uma de suas principais características constituintes, para a qual Deleuze encontrará e designará de agenciamento, a partir da compreensão de que este:

[...] comporta dois segmentos, um de conteúdo, outro de expressão. De um lado ele é agenciamento maquinico de corpos, de ações e de paixões, mistura de corpos reagindo uns sobre os outros; de outro, agenciamento coletivo de enunciação, de atos e de enunciados, transformações incorpóreas atribuindo-se aos corpos. Mas, segundo um eixo vertical orientado, o agenciamento tem ao mesmo tempo lados territoriais ou reterritorializados, que o estabilizam, e pontas de desterritorialização que o impelem (DELEUZE, 2011, p. 31).

Se em um primeiro momento os dispositivos atuam sob a forma da estratégia e da regulação, por outro lado, os agenciamentos operam em processos e movimentos de territorialização e desterritorialização, já que "não seriam os dispositivos de poder que agenciariam ou que seriam constituintes, mas os agenciamentos de desejo é que disseminariam formações de poder segundo uma de suas dimensões²⁷" (DELEUZE, 2003, p. 115, tradução nossa).

²⁷ "Bref, ce ne serait pas les dispositifs de pouvoir qui agenceraient, ni qui seraient constituants, mais les agencements de désir qui essaieraient des formations de pouvoir suivant une de leurs dimensions". (DELEUZE, 2003, p. 115).

Nessa direção, a noção de “agenciamento” corresponde dentro do escopo filosófico de Gilles Deleuze e Félix Guattari a um todo variável composto de partes desejantes, maquinicas e enunciativas. O uso desse termo terá aparição no interior de um projeto de estudo do social a partir de uma “esquizoanálise”. Os agenciamentos serão pensados de maneira sinuosa, microscópica e desejante.

A partir dos estudos de Michel Foucault a respeito do poder e daquilo que corresponde aos dispositivos de poder, Deleuze reconhecerá uma “lacuna” essencial para a realização de leituras acerca do social. Essa posição fica evidente nas palavras de Deleuze quando afirma que “se com Félix Guattari, falo em agenciamento de desejo, é por não estar seguro de que os microdispositivos possam ser descritos em termos de poder” (DELEUZE, 2003, p. 114, tradução nossa)²⁸. É, então, a partir dos estudos de Foucault, particularmente aqueles voltados para a prisão em *Vigiar e Punir*, onde a análise será dedicada à ciência disciplinar enquanto saber que envolve condições e relações de poderes, que Deleuze posicionará seus distanciamentos e aproximações teóricas com Michel Foucault.

Ao escrever sobre a prisão, Foucault posicionará seu objetivo numa análise processual e histórica de uma racionalidade carcerária (saber), que impôs um tipo de prática, que é a prática do aprisionamento e da subjetivação do indivíduo preso. O poder surge, então, como o elemento da genealogia que não poderá ser compreendido como uma coisa ou uma instituição, pois, para Foucault, o poder é uma relação de força, contrariando a ideia de um poder em um sentido total. Enquanto relação, o poder será visto como um jogo de desejos, de lutas, ou seja, ele passará a ser aquilo pelo qual os homens querem se apoderar.

²⁸ “Si je parle avec Félix Guattari d’agencement de désir, c’est que je ne suis pas sûr que les micro-dispositifs puissent être décrits en termes de pouvoir”. (DELEUZE, 2003, p. 114).

Tomando como base a afirmação de que "só há desejo agenciado ou maquinado" (DELEUZE, 1998, p. 112), pode-se apreender o desejo fora de um agenciamento determinado, ou seja, a partir de um território que não é dado, mas que no limitar de suas ações será ele próprio construído. Dito isto, os agenciamentos maquinicos são compreendidos no sentido não de sua existência enquanto máquina, mas enquanto função. Ou seja, a máquina só é máquina porque existe enquanto instrumento e efeito de produção ou fabricação. Nesse entendimento, "as máquinas concretas são os agenciamentos, os dispositivos biformes; a máquina abstrata é o diagrama informe" (DELEUZE, 2006, p. 49). No caso do agenciamento maquinico, trata-se de movimentos e relações de produção de algo. O desejo se insere nessa perspectiva já que ele ocorre por meio de agenciamentos que produzem efeitos. Dessa forma, o poder só existe porque anterior a ele existe um agenciamento maquinico de desejo de poder!

Por conseguinte, é possível estabelecer duas faces para os agenciamentos, uma de conteúdo e outra de expressão, que seriam a face maquinica e a face enunciativa. Por máquina se entende aquilo que é capaz de produzir algo. E é nesse sentido que Deleuze observa o pensamento de Foucault em *Vigiar em Punir* através ainda de sua concepção de *diagrama* considerando toda a prática do panoptismo como um agenciamento maquinico, capaz de produzir funções, comportamentos e sujeitos:

Quando Foucault define o Panoptismo, ora ele o determina concretamente, como um agenciamento óptico ou luminoso que caracteriza a prisão, ora abstratamente, como uma máquina que não apenas se aplica a uma matéria visível em geral (oficina, quartel, escola, hospital, tanto quanto a prisão), mas atravessa geralmente todas as funções enunciáveis. A fórmula abstrata do Panoptismo não é mais, então, "ver sem ser visto", mas impor uma conduta qualquer a uma multiplicidade humana qualquer (DELEUZE, 2006, p. 43).

Se em Foucault é o diagrama o elemento estratégico de investigação das relações de força, em Deleuze esse termo, com as mesmas concepções, será conhecido como máquina abstrata.

O diagrama, já não é o arquivo, auditivo ou visual, é o mapa, a cartografia, coextensiva a todo o campo social. É uma máquina abstracta. (...) É uma máquina quase muda e cega, embora seja ela que faça ver e que faça falar (DELEUZE, 2006, p. 44).

Essas possibilidades de visibilidade e enunciação coexistem nos dispositivos e nos agenciamentos sob uma dupla forma: poder e desejo.

Em Foucault, o elemento central de sua discussão em torno do dispositivo será o poder, em Deleuze quando de sua esquizoanálise e dos agenciamentos, o foco será o desejo, de modo que “que a máquina é desejo, não que o desejo seja desejo da máquina, mas porque o desejo não cessa de fazer máquina na máquina” (DELEUZE, 2014, p. 148). Essa produção incessante ocorrida no interior dos dispositivos e nos contornos dos agenciamentos conduz a processos de atualização²⁹ desses, já que da mesma forma que os dispositivos se atualizam na composição do seu diagrama de poder, os agenciamentos, através de suas máquinas, se constituem enquanto espaços de territorialização e desterritorialização.

²⁹ No pensamento de Deleuze, os termos utilizados para se referir aos processos de atualização serão os de “territorialização” e “desterritorialização”.

3 DISPOSITIVO DE INFORMAÇÃO: ENTRE ARQUIVO E MEMÓRIA

Na perspectiva deste estudo, a informação será tomada como um dos “dispositivos” que possui a potência de derivação, ou seja, de ser simultaneamente produto e produtor de ações que geram regimes e discursos na sociedade contemporânea. No campo das ciências modernas, a informação tem sido pensada e utilizada de maneira “purificada”, isto é, sempre em busca de uma verdade ou de uma certeza que intenta isolar as incertezas. Em tais ações, os conceitos absorvem o espírito “moderno” das ciências da razão e anulam os aspectos que se encontram dispersos na natureza e que, por sua vez, fazem parte dos fenômenos. Neste caso, partimos do princípio de uma provável *infopolítica*, onde a informação é compreendida no sentido técnico heideggeriano.

Em *Ensaios e Conferências*, Heidegger (2008) aponta para uma condição de estudo do que seria técnica, mas que não a concebia como elemento técnico (instrumental). Em vista disso, isto posto afirma que

A técnica não é igual à essência da técnica. [...] Assim também a essência da técnica não é, de forma alguma, nada de técnico. [...] Questionar a técnica significa, portanto, perguntar o que ela é (HEIDEGGER, 2008, p. 11).

A política, por sua vez, é compreendida como o meio por onde o homem é capaz de produzir efeitos sociais. Essa *Infopolítica* buscara, então, estabelecer em nossa sociedade as formas, as estruturas, as funções, as ações, enfim, os regimes de informação³⁰, que serão a via não somente de escape,

³⁰ Nas palavras de Gonzalez de Gómez (2012, p. 43), o “regime de informação seria o modo informacional dominante em uma formação social, o qual define quem são os sujeitos, as organizações, as regras e as autoridades informacionais e quais os meios e os recursos referenciais de informação, os padrões de excelência e os modelos de sua organização, interação e distribuição, enquanto vigentes em certo tempo, lugar e circunstância”.

mas também de produção e circulação de tudo que será passível de ser identificado como informação. Consequentemente, somos levados a considerar que enquanto elemento de sentido, controle, poder e subjetividade, a informação se coloca como dispositivo moderno de uma *infopolítica*, que tem por principal característica atuar perante os homens na formalização e na condução de suas vivências através de "dispositivos de informação".

A utilização da noção de dispositivo para o estudo do fenômeno informação, no campo da Ciência da Informação, se deu no escopo dos estudos de "política de informação" com Frohman (1995) e Gonzalez de Gomez (1996). As abordagens resultaram na formulação de um conceito e de uma estratégia de investigação a partir da ideia de "regime de informação"³¹; conceito que se aproxima do conceito de "regime de verdades" postulado por Michel Foucault. Para o autor (2011), os "regimes de verdade" atuam sob formas de veridicção, ou seja, por processos de produção, transformação, luta e resistência de verdades que atuam sob um campo de poder onde as diversas verdades emergem. Já os regimes de informação não atuam sob a forma da verdade, mas da enunciação enquanto ato de informar, controlar e gerir ações. Neste viés, o conceito de regime de informação dissocia-se do conceito de regime de verdade ao se colocar como alimentador, favorecedor ou fonte para a elaboração dos regimes de verdade que, por sua vez, articulam-se num conjunto decididamente heterogêneo de informações, enunciados, poderes formando e normatizando vontades e veracidades.

Prosseguindo nesta discussão, Wilke (2009) sublinha um direcionamento mais linear para uma provável conceituação no campo da Ciência da Informação que envolva o conceito de regime de informação, com o termo *dispositivo de informação*. Contudo, algumas diferenças situam-se nessa relação entre

³¹ O conceito de regime de informação surgiu com as pesquisas de Bern Frohman (1995) e avançou no campo conceitual com Gonzalez de Gomez (1996).

regime *versus* dispositivo, sobretudo na abrangência da noção de “dispositivo” o qual envolve aspectos definidos dos três elementos do eixo do pensamento de Michel Foucault, (vide página 14): saber, poder e subjetividade. Gonzalez de Gómez (1996), por sua vez, afirma que a principal característica de um dispositivo de informação é a sua capacidade de penetração, o que lhe confere o caráter de dispositivo de dispositivos, ou seja: um dos elementos fundamentais e constituintes de diversos outros dispositivos.

Ainda segundo Gonzalez de Gomez (2003), o elemento informação somente pode ser compreendido no campo da Ciência da Informação se a ele estiver vinculado uma qualificação, que se encontra relacionada com ações de informação, atores, contextos e regimes de informação. A informação configura-se, então, como nomeação ou semantização das coisas no mundo, sejam elas criadas ou não pelo homem. Contudo, esses elementos de informação não podem ser tidos como uma verdade ou discurso equivalente, mas sempre como uma vontade de verdade, ou neste caso, como uma “vontade de informação”. Destarte, em um estudo que se pretende entender a informação como dispositivo, as condições históricas de proveniência e as suas relações entre os elementos do saber, poder e subjetividade devem ser consideradas nas instâncias da investigação, já que os dispositivos por mais que se apresentem ou pretendam ser compreendidos como elemento técnico e estratégico são na realidade definidos por suas condições de linguagem e historicidade. Isso se caracteriza de modo que o objetivo não é dizer: “eis o que é discursivo, eis o que não é” (FOUCAULT, 2010, p. 247) ou qual é o dispositivo, mas, sob quais condições e por quais linguagens, técnicas, instrumentos e estratégias, o dispositivo aparece e atua enquanto tal em nossa sociedade. Assim sendo, os dispositivos se configuram como mecanismos que em sua formação apresentam-se de maneira homogênea, interligando saberes, poderes e subjetivação, mas,

em sua forma aparente, o dispositivo é complexamente heterogêneo, múltiplo, variado e inconstante. Suas linhas atravessam todo o espaço e duram curtos, médios e longos períodos, constituindo-se na base de influência e sustentação dos regimes de enunciados e de informação.

Portanto, o foco de uma análise centrada na *Arquegenealogia* para a informação, enquanto dispositivo, não seria apenas de definição e conceituação, mas de historização, ou seja, a busca da proveniência ("herkunft") de uma determinada prática informacional que teve por função agir sob os homens através de ações de poder discursivas e não discursivas com o intento de subjetivá-los.

3.1 PULSÃO DE ARQUIVO: ENTRE MORTE E MEMÓRIA

Terminologicamente o arquivo possui diversos resultados semânticos, podendo ser compreendido como um conjunto de documentos, um móvel para acondicionamento documental ou até mesmo um local (instituição ou setor) de guarda e gestão de documentos³². Na Arquivística, normalmente comprehende-se o "arquivo" como sendo um conjunto de documentos, organizados ou não, que têm função de prova ou testemunho. A legislação brasileira estabelece uma compreensão para os arquivos a partir do artigo 2º da lei 8.159/1991, como sendo

³² Segundo o Dicionário Brasileiro de Terminologia Arquivística, a palavra arquivo denota os seguintes significados: **1** Conjunto de documentos produzidos e acumulados por uma entidade coletiva, pública ou privada, pessoa ou família, no desempenho de suas atividades, independentemente da natureza do suporte. **2** Instituição ou serviço que tem por finalidade a custódia, o processamento técnico, a conservação e o acesso a documentos. **3** Instalações onde funcionam arquivos. **4** Móvel destinado à guarda de documentos.

Conjuntos de documentos produzidos e recebidos por órgãos públicos, instituições de caráter público e entidades privadas, em decorrência do exercício de atividades específicas, bem como por pessoa física, qualquer que seja o suporte da informação ou a natureza dos documentos (BRASIL, 1991)

No âmbito da Arquivística Pós-custodial, aponta-se para o conceito de “arquivo” a partir da mudança do objeto e das técnicas de trabalho na Arquivologia centradas no paradigma científico-informacional do “documento” para “informação” (RIBEIRO, 2005, p. 7). Dessa maneira, os arquivos passam a ser compreendidos como elementos:

Compostos por informações vinculadas a processos, isto é, informação gerada e estruturada por processos de trabalho. Qualquer arquivo é formado por informação gerada e estruturada por processos de trabalho funcionalmente inter-relacionados (THOMASSEM, 2006, p. 6).

No interior dos arquivos, diversas técnicas são aplicadas no sentido de estabelecer a norma, a organização, a classificação e a seleção dos acervos documentais. Michel Foucault denota que o princípio geral da classificação³³ é característico do ocidente, sobretudo, da ciência positivista. Com essa razão científica, a arquivística realiza uma aproximação com tais abordagens na tentativa de se configurar enquanto ciência. Ao fazer tal incursão, ela escolhe como princípios fundamentais a classificação, seleção e a avaliação, compondo verdadeiras estruturas de categorização da informação em busca do estabelecimento de uma “verdade” para o conteúdo informational arquivístico que será posto para acesso. Contudo, Cook (2012, p.16) observa que:

³³ Tal classificação geral é abordada por Michel Foucault a partir dos gabinetes de história natural surgidos nos meados do século XVIII.

A estrutura de tais sistemas pode obscurecer ou desvalorizar a mente por trás da matéria, a inteligência por trás do fato, a função de trás da estrutura, o contexto rico, ironicamente, que os arquivistas se dedicam a proteger, fica por trás da superfície do conteúdo informacional.

O mesmo autor aponta ainda que o processo de fundação dos arquivos guarda elementos centrais na figura do Estado Moderno, ao servir-se de sua cultura organizacional, compondo a estrutura estatal. Pois, como sublinha Jardim (1999, p. 46):

Se os arquivos configuram uma escrita do Estado, a Arquivologia é um saber de Estado. Aquilo que tem sido legitimado internacionalmente como Arquivologia permite-nos abordá-la como um saber de Estado. Resultado do Estado europeu do século XIX, a literatura da área aponta-nos para uma Arquivologia com forte caráter de saber do e para o Estado.

Essa vinculação responde a uma urgência discursiva que operacionalizava na Europa do século XVIII, uma verdadeira mudança comportamental de caráter local com o declínio dos poderes monárquicos e a ascensão dos regimes republicanos, dando origem ao surgimento do Estado Moderno. Tal mudança de regimes se atrela ao aparecimento dos Arquivos, conforme apontou Murguia (2010, p. 17), ao afirmar a evidência do surgimento de um novo problema para a época: “seria realmente proveitoso para a República manter esses objetos que estariam constantemente lembrando as glórias do Antigo Regime?”.

Dante desse cenário, irá emergir a relação estreita que guardará, a partir de então, as instituições Arquivo, Bibliotecas e Museus com o fenômeno da Memória (à época pensada como sinônimo de história e materializada sob a égide do patrimônio histórico material). Dessa forma, a “constituição dos arquivos evidencia elementos da ordem das razões de produção e das de preservação das inscrições enquanto traço do passado” (SILVA, 2009, p. 13). Esta

concepção envolve a noção de ciclo documental³⁴ bem como a noção de avaliação documental. É através dessas duas noções que o arquivo se estabelece enquanto diferença entre o passado-presente e o passado-passado do documento. Os documentos que derivam de uma necessidade administrativa de uso encaixam-se na perspectiva da atividade corrente, enquanto que aqueles vinculados à sua função secundária serão atribuídos à atividade permanente de pesquisa.

Derrida (2001, p. 11), em sua análise do conceito clássico de arquivo, afirma que em um primeiro momento a instituição arquivo pode ser vista como resultado de uma inscrição, tipografia (material ou subjetiva) ou como um acúmulo de coisas sobre coisas. Dois princípios iniciais sustentam essa ideia de arquivo a partir da interpretação da palavra "arkhē": o primeiro, *histórico, físico, temporal ou ontológico*, indica que o arquivo é um lugar onde as coisas começam e se processam; o segundo princípio, da *ordem das leis* ou da *nomologia*, mostra que o arquivo responde a um conjunto de regras e ordens estabelecidas, exercidas e cumpridas pelos homens de poder. Esses homens de poder, conhecidos e detentores do poder de comando, possuem significação derivada da palavra *arkheíon* que inicialmente significava o espaço dos arcontes (os magistrados). Esses espaços eram suas residências onde se encontrava a documentação oficial, contudo:

Não devemos pensar que esses documentos eram unicamente leis e disposições da forma em que as entendemos hoje. Isso porque, na época, a lei, o mito fundador, a interpretação religiosa eram inseparáveis (MURGUIA, 2010, p. 12).

³⁴ Segundo BELLOTO (2004, p. 23), "o ciclo vital dos documentos administrativos compreende três idades. A primeira é a dos arquivos correntes, nos quais se abrigam os documentos durante seu uso funcional, administrativo, jurídico; a segunda fase, a do arquivo intermediário é aquela em que os papéis já ultrapassaram seu prazo de validade jurídico-administrativa, mas ainda podem ser utilizados pelo produtor. Os que restarem são os de valor permanente, são os documentos históricos".

Longe de ser um espaço unicamente de guarda, o lugar caracterizava-se ainda por ações hermenêuticas, ou seja: primeiras interpretações e representações documentais.

Mesmo em sua guarda ou em sua tradição hermenêutica, os arquivos não podiam prescindir de suporte nem de residência. Foi assim, nesta domicialização, nesta obtenção consensual de domicílio, que os arquivos nasceram (DERRIDA, 2001, p. 13).

No entanto, para além de um espaço de guarda e de interpretação, o arquivo é, sobretudo, um lugar de organização, ou nos termos de Derrida, um espaço de consignação (*reunião*) (*Ibid*, p. 14).

Derrida (2001) afirma ainda que o arquivo funciona a partir de um arconte que estabelece as leis e as interpretações ali vigentes. A mudança dos enunciados dessas leis, prossegue o autor, transforma também as interpretações: "não se vive mais da mesma maneira aquilo que não se arquiva da mesma maneira" (*Ibid*, p. 31). O arquivo, nesse viés, configura-se como um sistema balizado por uma organização, um espaço de uma ou várias leis, por onde os discursos surgem, se movimentam, atuam, e constroem constantemente "novos" discursos. Uma incursão arquivística requer desconstruir a organização do arquivo. Essa situação é sublinhada por Derrida (2001), por meio da concepção de um *mal de arquivo*. Nesse momento, esse panorama se aproxima de Foucault e da sua concepção de arquivo e de arqueologia.

A partir da ideia de *a priori* histórico³⁵, Foucault (2009, p. 146) sublinha que a ideia de arquivo surge sob a

³⁵ Foucault utiliza o termo *a priori* a partir da leitura de Kant. O *a priori* em Kant seria o conhecimento adquirido pela intuição, mas não dependente

lógica de um sistema oriundo de um conjunto articulado de regras enunciativas o qual instaura acontecimentos e coisas: “são todos esses sistemas de enunciados (acontecimentos de um lado, coisas de outro) que proponho chamar de arquivo”. Nesse sentido, o arquivo distingue-se pelo acúmulo das coisas ditas ou pela “lei do que pode ser dito, o sistema que rege o surgimento dos enunciados como acontecimentos singulares” (FOUCAULT, 2009, p. 170). Dito de outra forma, o arquivo seria não apenas o lugar, nem muito menos o suporte, mas o sistema, a regra histórica por onde os enunciados acontecem.

É através do saber que o arquivo será constituído. A partir dessa premissa, Foucault caracteriza-o como montável e selecionável dado que são os sujeitos subjetivados que definem as características de sua elaboração sob aspectos e recortes temporais e territoriais. O arquivo é, portanto, uma construção social e histórica de enunciados encontrando-se ainda em situação dispersa e descontínua, sendo assim um objeto raro e singular:

Em outras palavras, o enunciado liga-se a uma série de enunciados que o precedem e aos quais se refere, atualizando-os, além de estar associado a enunciados que o sucedem. É através do domínio de memória que os enunciados sucedem-se, ordenam-se e se determinam na medida em que se afirmam ou se opõem (PEREIRA; CHAGAS, 2011, p. 324).

Desse modo, o arquivo é pensado por Michel Foucault como:

O conjunto dos discursos efetivamente pronunciados. Esse conjunto é considerado não apenas como um conjunto de acontecimentos que tiveram lugar uma vez por todas e ficaram em suspenso, no limbo ou no

dela. Contudo, Foucault acrescenta o termo *histórico* na tentativa de superar os elementos da intuição, inserindo nesse contexto a experiência histórica.

purgatório da história, mas também como um conjunto que continua funcionando, se transforma através da história, da possibilidade de aparecer de outros discursos (FOUCAULT, 2000, p. 145).

Como um desses discursos efetuados e efetivados, encontram-se as teorias e as técnicas arquivísticas. Cabe-nos ressaltar, tal como fez Jardim (1995), de que as duas principais técnicas realizadas no interior dos arquivos e que se aproximam da relação com a memória são a Avaliação e Seleção de Documentos. Essas são responsáveis por estabelecer a permanência e eliminação dos documentos/informações nos arquivos e por consequência da memória. Ou seja, do ponto de vista dos arquivos,

A eleição da memória consiste, de fato, em decidir, diante de um conjunto de dados, eventos ou informações, quais devem ser privilegiados e quais podem ser abandonados ao possível cancelamento (LOUSADA, 2012, p. 64).

Dessa feita, o processo de avaliação do ponto de vista da prática pode ser considerado como uma realização antiga efetivada desde os primeiros arquivos, já que se pressupõe que fazem parte da condição humana a avaliação e a reflexão de seus atos e, assim, pensando os arquivos como reflexos de ações humanas, refletir e avaliar acerca dessas ações parecem denotar atividade comum entre os homens e entre os arquivistas. Contudo, enquanto técnica, a avaliação documental se insere como atividade essencial dentro do escopo do ciclo de vida documental na perspectiva em que definirá quais documentos serão preservados em fase permanente após terem cumprido seus objetivos na fase corrente e intermediária, tendo como base o julgamento dos valores documentais que, em síntese, se resumem em valores administrativo-probatórios,

históricos, memorialísticos, cultural e informacional-científico (SCHELLENBERG, 2004).

Não resta dúvida de que o que sustenta e objetiva essas práticas arquivísticas seja um primado enunciativo da classificação, a qual segundo Foucault é iniciada e realizada nos gabinetes de história natural. Essas práticas metodológicas fizeram emergir espaços de classificação das “palavras, das línguas, das raízes, dos documentos, dos arquivos [...]” (FOUCAULT, 1981, p. 245), que, por sua vez, darão abertura para as novas instituições modernas, arquivos, bibliotecas e museus, responsáveis pelo

Estabelecimento de catálogos, de repertórios, de inventários [...] como uma forma de introduzir na linguagem já depositada e nos vestígios por ela deixados uma ordem que é do mesmo tipo da que se estabelece entre os seres vivos (*Ibid*, p. 245-246 grifo nosso).

Nesse entendimento, Brothman (1991, p. 82) afirma que as:

Instituições arquivísticas, então, incorporam uma vocação social, para criar um espaço especial em que uma determinada ordem de valores prevaleça. As instituições que contêm documentos de arquivo ocupam um espaço alocado dentro e por uma ordem social circundante³⁶.

A ordem aparece, então, como o conceito principal dessa lógica classificadora e avaliativa dos documentos, já que constitui o juramento dos arquivistas o estabelecimento e manutenção da ordem dos arquivos, uma ordem que pode ser pensada do ponto de vista organizacional, mas que como reflexo faz visualizar o lado oculto da ordem, que seria a desordem.

³⁶ Archival institutions, then, embody a social vocation to create a special space in which a certain order of values prevails. Those institutions containing archival records occupy a space allocated within and by a surrounding social order. (BROTHMAN, 1991, p. 82).

Arquivistas com bastante frequência operam, impõem e estabelecem a ordem dos arquivos, seja através de vontades políticas institucionais, seja por aspectos individuais ou sociais. Brothman (1991) identifica dois tipos de ordem para os arquivos: a primeira, do ponto de vista do espaço físico, da posição dos objetos e das pessoas; e a outra ordem voltada para o aspecto intelectual da ação de princípios metodológicos profissionais para a organização dos documentos. Um desses princípios mais destacados dentro da arquivística pelos teóricos, conforme já fora afirmado, é a Avaliação. Segundo Cook (2003), é ela que efetivamente faz com que os arquivistas decidam sobre o que será lembrado e esquecido em matéria de informação e memória. Nessa perspectiva, o conceito de "pulsão de morte", apropriado do pensamento freudiano e articulado com a ideia de Arquivo, por Derrida (2001), assinala e assemelha a característica criativa (vida) e destrutiva (morte) do fazer arquivístico, atuando de maneira silenciosa, sem deixar rastros ou arquivos de sua destruição, nos arquivos. A "pulsão de morte" pode, então, ser relacionada com a dicotomia memória/esquecimento dos arquivos se considerarmos que reside na memória uma força (pulsão) que a destina, muitas vezes, ao esquecimento. Em muitos casos, essa pulsão atua na destruição total da memória através do esquecimento, pois sem deixar rastros, documentos (conceito ampliado até mesmo ao psíquico e ao corpo) e arquivos, ela anula por completo a existência da memória (*Ibid*, p. 22). Dessa forma, o arquivo possuiria prazo ou duração.

A partir dessa premissa, Derrida assinala o paradoxo de que o arquivo, ao atuar sob a forma da repetição, atua não somente para a sua permanência, mas também para a sua destruição: "o arquivo trabalha sempre *a priori* contra si mesmo" (DERRIDA, 2001, p. 23). Trata-se de mudanças de função ou intenção tendo em vista que o conteúdo dos arquivos já estava posto. A sua função (ou "pulsão de morte") faz com que

alguns desapareçam dando ênfase a outros. Como consequência, podemos afirmar que os arquivistas são instrumentos de agência³⁷ no sentido de criar, destruir, modificar, atualizar, multiplicar sentidos e informações com base em teorias, técnicas e vontades políticas, já que é comum à sociedade a capacidade de criação e destruição de valores.

Considerando o arquivo como o efeito de uma vontade, denominada aqui de *vontade de arquivo*, diversos aspectos entram no jogo dos desejos e dos prazeres em sua composição, como os elementos enunciativos e as relações de poder, fazendo com que toda sua composição seja tomada a partir de uma leitura e escrita consciente dos arquivos, já que o documento “não é matéria-prima objetiva e inocente, mas expressa o poder que a sociedade tinha no passado (ou tem no presente) sobre a memória e sobre o futuro [...]” (LE GOFF, 1990, p. 10), atuando, então, em processos de territorialização, desterritorialização onde a objetividade não reside, nem muito menos a neutralidade, o que confere ao arquivo o *status* de elemento de cultura, enquanto artefato informacional.

Na tentativa de observar os lados ocultos dos arquivos e suas ordens avaliativas e classificadoras, Cook (2012) apresentou um novo conceito e procedimento para a avaliação documental, a chamada Macroavaliação. Nessa modalidade técnica, o objetivo será descentralizado de uma avaliação focada no conteúdo temático, para uma avaliação centralizada no contexto documental e no papel de cada ator social na produção, uso e gestão desses, ou seja:

A avaliação irá apreciar vozes marginalizadas, ou mesmo silenciadas, da mesma forma cuidadosa com que aprecia textos poderosos e oficiais, e irá buscar

³⁷ Agência tal como utilizada por Gilles Deleuze a partir da compreensão de que se trata de tentativas sucedidas ou não de construir “[...] algo capaz de fazer algo, de produzir um efeito” (BAUGH, 2000, p. 52).

evidências de governança em vez de governo (COOK, 2012, p. 25).

Ao optar pela governança, percebem-se radicalmente a ruptura e a determinação política que envolverão os arquivos a partir do conceito da Macroavaliação. Com base nessa perspectiva, é possível aproximarmos o conceito de Macroavaliação da noção de governamentalidade postulada por Foucault, no sentido de que o primeiro conceito faz perceber os arquivos como motivações e reflexos de ações ocultas e visíveis, ao passo que a governamentalidade atuará como efeito dessas ações, agindo diretamente sobre o humano com objetivo de lhes conduzirem na gestão de suas mentes a partir das informações e documentos de arquivo. Consequentemente, cabe à Ciência da Informação, e em especial à Arquivística, observar o fenômeno dos arquivos enquanto elemento de um dispositivo de informação, que atua na execução de práticas de governamentalidade.

Nesse sentido, Cook (2012) aponta para um novo paradigma arquivístico, que supera a abordagem estrutural, funcional e técnica dos arquivos para uma abordagem que se preocupa com as vontades de produção e arquivamento, com os processos de composição e decomposição e com o fluxo das informações que compõem e atualizam constantemente os arquivos:

Dito de outra forma, o discurso teórico arquivístico está mudando de produto para processo, de estrutura para função, de arquivos para arquivamento, de registro para contexto de registro, de resíduo "natural" ou subproduto passivo da atividade administrativa para memória social construída conscientemente e mediadaativamente "archivalisation" (COOK, 2012, p. 5).

Em suma, é a tomada ou o reconhecimento de um papel

ativo na sociedade por parte dos arquivistas, que seria o da formação de memórias, sejam elas sociais ou coletivas. O arquivo, então, cumpre um papel fundamental na sociedade, sobretudo, quando se trata dos aspectos da governamentalidade e das sociedades de controle.

Portanto, o arquivo será sempre um elemento disperso e descontínuo, possuidor de uma história, raro e ao mesmo tempo singular. Contudo, o que constitui o arquivo é antes de tudo um princípio de ação. Dessa maneira, é por uma ação intencional que se cria, documenta, arquiva, preserva, guarda e utiliza-se algo. Por esse princípio de ação, configuram-se os arquivos enquanto resultados de uma vontade de arquivar. Atrelados aos aspectos da administração burocrática estatal, os arquivos se multiplicam não somente em gêneros e números, mas, sobretudo, em novas formas de ação.

Assim, o arquivo está atrelado a duas vontades: uma eminentemente técnica-aplicada e outra eminentemente governamental. Pois,

Os arquivos – sejam como conjuntos documentais ou como agências do aparelho de Estado – constituem um mecanismo de legitimação do Estado e simultaneamente agências do poder simbólico (JARDIM, 1999, p. 47).

Neste aspecto, se considerarmos a hibridização, o arquivo será ao mesmo tempo técnico e político, como também tático e acional. Construídos e selecionados pelos sujeitos que definem por suas características de elaboração (temporais e territoriais), os arquivos constituem-se em conjunto de “enunciados” que, elaborados na condição de “dispositivos de informação” na sociedade contemporânea, atuam a partir e para constituições de saberes³⁸ definidores da vida e da morte dos documentos, informações e memórias.

³⁸ Na concepção de Foucault (2009), o arquivo é um conjunto de saberes.

O arquivo, então, é percebido a partir da perspectiva de um objeto invisível formado por um conjunto de saberes montáveis que não está dado, mas é construído através de processos de seleção e avaliação que envolvem recortes temporais, territoriais, políticos e pessoais. Em sua construção, alguns enunciados serão reunidos, organizados, articulados e montados, porém outros serão desmontados, fragmentados, destruídos, atualizados e esquecidos. Logo, o arquivo não é independente, mas uma produção de atores e do social, atuando principalmente no governo dos homens³⁹, pois é através daquilo que é dito e registrado que será possível estabelecer uma ordem de governamentalidade produzida e conduzida pelos arquivos, que tomados de elementos de memória operam processos de subjetivação, por meio de agenciamentos múltiplos e heterogêneos.

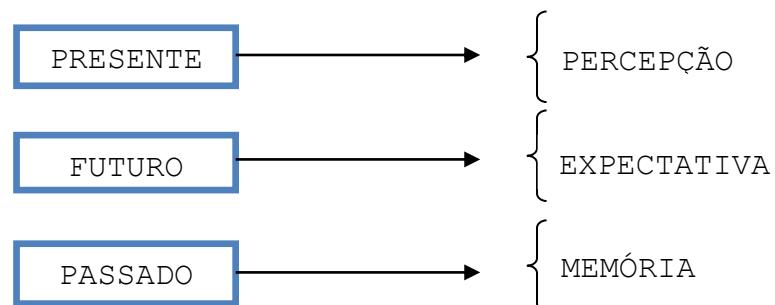
3.2 MEMÓRIA: CONCEITO MÚLTIPLA E HETEROGÊNEO

A categoria memória foi abordada por diferentes sistemas filosóficos ao longo do desenvolvimento da racionalidade ocidental. De suas origens na Antiguidade grega até os dias de hoje, a memória foi enunciada por teorias e conceitos heterogêneos. Com o advento da ciência, tal como hoje a conhecemos, diferentes campos do saber científico desenvolveram distintas abordagens para o fenômeno da memória no âmbito subjetivo e sociocultural.

Aristóteles em uma perspectiva analítica fundamentada, sobretudo nas questões da natureza, da causa ou origem, do lugar e do tempo, da memória, dirá que a memória pertence ao passado, ao compreender que o futuro enquanto uma projeção de

³⁹ Concepção da biopolítica.

expectativas e o presente como um estágio de percepção são incapazes de conceberem o objeto da memória, pois para o filósofo “ninguém poderia afirmar que lembra o presente enquanto presente.” (ARISTÓTELES, 2012, p. 75). Assim, ele estabelece três relações entre tempo e natureza:



Fonte: Elaboração do autor com base em (ARISTÓTELES, 2012, p. 76).

Nesse aspecto, a memória aristotélica avança na perspectiva da memória enquanto aptidão, pois para além de uma aptidão será necessária uma afecção, capaz de estabelecer imagens e tempos a objetos e pensamentos. Assim, a afecção encontrada no interior do indivíduo em sua relação de percepção com o mundo exterior será determinante em estabelecer que a memória pertence à alma. Contudo, Aristóteles levanta a questão de saber:

Se é possível recordar algo que não está presente, na medida em que somente a afecção está presente, mas o fato ausente. Está claro que temos que conceber que o que é produzido pela percepção sensorial na alma e naquela parte do corpo que é a sua sede, ou seja, a afecção cujo estado duradouro chamamos de memória, é uma espécie de imagem [...] (ARISTÓTELES, 2012, p. 78).

Ao tomar a relação entre percepção e afecção, Aristóteles concebe a memória como uma imagem das coisas ausentes, aproximando-a do campo das representações, pois “devemos conceber a imagem mental do nosso interior tanto como um objeto de contemplação em si quanto como uma imagem mental de alguma outra coisa” (ARISTÓTELES, 2012, p. 79). Nesse

sentido, concluiu Aristóteles (2012, p. 76), "a memória é do passado". No entanto, a memória pode ser ainda a relação entre o tempo e a percepção. Ou seja, a memória seria a percepção do que é "antes" e do que é "depois" realizada pelo sujeito em reciprocidade com a observação do seu próprio tempo passado e presente.

O aspecto da percepção⁴⁰ será inicialmente formulado por Sócrates que utilizará o argumento⁴¹ de que o conhecimento antes mesmo de ser percepção é aptidão, alcançada apenas e através do movimento do corpo e da alma, ao passo que:

A condição da alma não é pela aprendizagem e pela aplicação, que são movimentos, que adquire os conhecimentos, é preservada e se torna melhor, e que através do repouso, que é negligência e ignorância, [c] não aprende nada e esquece o que aprende? (PLATÃO, 2010, p. 208).

Relacionando essas questões ao campo da memória, Sócrates avança nas discussões em torno do conhecimento e da percepção, chegando ao espaço da lembrança:

Será possível alguém vir alguma vez a saber alguma coisa e, ainda tendo memória dessa mesma coisa e retendo-a, enquanto a recorda, não saber aquilo mesmo que recorda? Parece-me que me alarguei, mas queria perguntar se alguém que aprende, e recorda algo, o não sabe (PLATÃO, 2010, p. 227-228).

Evocam-se, então, as questões da reminiscência, as de ordem da lembrança verídica, através da confirmação ou não da existência de objetos passados. Trata-se, então, de verificar o conhecimento também pela via das ações do passado, logo, de

⁴⁰"Percepção é tanto a apreensão sensorial como também o prazer e a dor ou o desejo e o temor, entre outros que poderiam ser citados". (PEIXOTO; OLIVEIRA, 2012, p. 176).

⁴¹ Sócrates desenvolverá um diálogo com Teeteto (discípulo de Protágaras) onde abordará, entre outros temas, a questão do conhecimento.

sua relação com a sua própria origem.

Dessa maneira, a memória estaria relacionada a uma noção de ressignificação circular, onde o presente evoca o passado, levando-o para o futuro e, em seguida, retornando para o presente, gerando um círculo vicioso da rememoração onde o passado terá influência e consequências no presente e no futuro, conforme aponta Morin (2007) na Figura 1:

Figura 1 - Rememoração circular da memória



Fonte: Morin (2007, p. 62).

Do ponto de vista da composição da memória e de seus elementos, Michel Pollak (1992) aponta para três elementos constitutivos da memória: o acontecimento, o personagem e o lugar. Os acontecimentos que podem ser divididos em individuais ou coletivos perfazem o que podemos chamar de efeito social de produção, seja ele herdado ou não. Os bons exemplos para esse elemento são as datas comemorativas, para os casos da memória coletiva, que tomadas a partir de acontecimentos singularizam mediante o estabelecimento de uma data, uma memória, ou ainda uma anotação em diário, compondo uma referência de memória individual. Enquanto efeito social de produção, os acontecimentos remetem à participação de sujeitos (personagens) nesse exercício político e estratégico de constituição de memórias, já que podemos afirmar que não existe memória sem sujeito. Por conseguinte, Pollak continua sua divisão tal como os acontecimentos, afirmando que existem os personagens envolvidos diretamente e aqueles sequenciados ou tomados indiretamente “por tabela” na construção da memória. O terceiro elemento, lugares, pode ser compreendido como referências ou pontos de identificação da memória, podendo ser novamente da ordem individual ou da ordem coletiva. Não obstante, toda essa constituição somente se dá

mediante a fundamental característica da memória e a sua relação estreita com o poder, que é a *seletividade*, ou seja, o “poder de separar aquilo que deve ser preservado, como lembrança importante, daqueles fatos e vivências que podem e devem ser descartados” (SIMSON, 2003, p. 15).

Ricouer (2007) afirmará que a memória é o *ato de lembrar e esquecer*. A partir dessa definição, identifica-se que a principal característica da memória, a *seletividade*, atua no sentido de que o ato de rememorar é o ato de lembrar e também o ato de esquecer. Assim, a memória é sempre evocada em decorrência de uma necessidade do presente, a partir da existência de lembranças. Essa característica organiza, estruturaliza e enquadra a memória a partir de princípios e vontades políticas não necessariamente vinculadas exclusivamente à ordem daquilo que é oficial ou geral, mas também daquilo que é marginal e secundário, fazendo com que a memória seja um fenômeno construído consciente ou inconsciente (POLLAK, 1992). É nesse momento, então, que percebemos o *esquecimento* na memória, oriundo dos aspectos de seletividade da memória. Logo, ao lembrar-se de algo, deixou-se de lembrar-se de outro, como numa espécie de feixe de luz, onde a escolha do foco iluminará um espaço, mas ao mesmo tempo manterá outro(s) obscuro(s).

David Lowenthal a partir da indagação acerca de *como conhecemos o passado* afirmará que lembramo-nos de coisas lidas, ouvidas ou vividas em épocas pretéritas, já que:

Toda consciência atual se funda em percepções e atitudes do passado; reconhecemos uma pessoa, uma árvore, um café da manhã, uma tarefa, porque já os vimos ou já os experimentamos. E o acontecido também é parte integral de nossa própria existência (LOWENTHAL, 1998, p. 64).

Essa concepção de Lowenthal encontra fundamento com as

compreensões bergsoniana da memória e duração. Destaca-se, assim, uma questão de ordem filosófica do tempo. Bergson (2006, p. 175-176) assimila que o tempo da memória é sempre o tempo do passado, ou seja, aquele momento instantâneo que encerra o momento ininterrupto do presente. Assim, o presente configura-se não como aquilo que é *agora*, pois esse momento (*agora*) não mais existe, mas necessariamente o presente será aquilo que *se faz*, ou seja, o presente é movimento (motor), é devir. Dessa forma, “nós só percebemos, praticamente, o passado, o presente puro sendo o inapreensível avanço do passado a roer o futuro” (BERGSON, 2006, p. 176). Com isso, temos que o tempo da memória é o tempo do passado, aquele que funciona como subsídio para os sistemas sensório-motores realizarem análises de experiência a partir do presente, em vias do presente-instantâneo ou do presente-projetivo⁴². Assim, o tempo presente é o tempo sensório-motor do corpo ou do cérebro, ou seja, é o tempo das ações em vias de busca no passado para uma projeção de presente. Destarte, e com base no pensamento de Bergson, Murguia (2010, p. 18) argumenta que “a memória seria uma espécie de cordão que amarraria nossos atos e pensamentos, permitindo uma continuidade que, ao longo de um período de tempo, articulasse nossa existência”.

Na tentativa de corrigir a compreensão de que o passado no momento em que é tomado enquanto passado deixa de existir, ou ao mínimo se coloca em lugar distante de ser alcançado, Deleuze realiza uma compreensão da filosofia bergsoniana recorrendo a um aspecto ontológico, afirmando que o passado simplesmente ‘É’, mesmo que tenha deixado de ser útil, já que:

Não se trata de dizer que ele “era”, pois ele é o em-si do ser e a forma sob a qual o ser se conserva em si (por oposição ao presente, que é a forma sob

⁴² Esse presente-projetivo pode ser pensado como sinônimo de futuro. No entanto, não se fez do termo por considerar que o futuro na concepção de Bergson somente existiria na condição de um devir constante e atual.

a qual o ser se consome e se põe fora de si)
(DELEUZE, 2012, p. 46).

Este cenário conduz para a condição da memória dividida entre “memória-hábito” e “memória-lembrança”. Todas elas estariam envolvidas no movimento contínuo de dar saltos, ou seja, de realizar passagens no passado geral, tendo em vista que “a imagem pura e simples só me reportará ao passado se foi efetivamente no passado que fui buscá-la”. (BERGSON, 2006, p. 158). Enquanto a memória-hábito encontra-se alicerçada no desempenho automático de atividades, sejam elas físicas, mentais ou sociais, como por exemplo andar de bicicleta, escovar os dentes. A memória-lembrança, por oposição, situa-se num estado de movimentação, flexibilização e mutação devido à sua relação com a consciência e o espírito.

Assim sendo, a memória será vista por Bergson (2006) como um conjunto de imagens fixas e presentes, onde nada se perde, tudo se acumula, tudo é passível de acesso e representações conscientes. Ela se situa independente do cérebro, que também enquanto imagem será o responsável pelas funções instrumentais, de filtro e mediação das lembranças. Como imagem, a memória se conserva fora do corpo (cérebro) e por tal condição é capaz de permanecer estável e se ampliar, de modo que caso pertencesse ao campo da matéria, ou seja, no cérebro, esta não seria capaz de se manter em estado puro, pois, admitindo:

Por um instante que o passado sobreviva no estado de lembrança armazenada no cérebro. Será preciso então que o cérebro, para conservar a lembrança, conserve pelo menos a si mesmo. Mas este cérebro, enquanto imagem estendida no espaço, nunca ocupa mais que o momento presente; ele constitui, com o restante do universo material, um corte incessantemente renovado do devir universal. (BERGSON, 2006, p. 174).

Neste caso, o presente se prostra diante do tempo como sendo a ligação entre o passado e o futuro, logo é perceptível de que "o presente do passado é a memória". (AGOSTINHO, 2001, p. 305). No entanto, esse passado é, antes de tudo, uma construção do homem no seu tempo e no seu espaço através das influências e confluências das relações de poder existentes entre os próprios homens. Assim sendo, a memória é tida por Maurice Halbwachs como de natureza coletiva, como resultado do envolvimento direto de pessoas no interior do grupo, já que se trata de um:

[...] processo social de reconstrução do passado vivido e experimentado por um determinado grupo, comunidade ou sociedade. Este passado vivido é distinto da história, a qual se refere mais a fatos e eventos registrados, como dados e feitos, independentemente destes terem sido sentidos e experimentados por alguém (HALBWACHS, 2002, p. 2, tradução nossa)⁴³.

Uma das mais expressivas contribuições para o estudo da memória no campo das Ciências Sociais foram os estudos realizados por Maurice Halbwachs (1925) acerca da "memória coletiva". Todavia, anterior e influenciador à Halbwachs, temos as contribuições de Émile Durkheim, sobretudo, com relação à Teoria das Representações Coletivas⁴⁴. Assim, é a partir de uma teoria da representação fundada nos aspectos coletivos que envolvem sujeitos e sociedades, que Durkheim identificará que a representação:

⁴³ La memoria colectiva es el proceso social de reconstrucción del pasado vivido y experimentado por un determinado grupo, comunidad o sociedad. Este pasado vivido es distinto a la historia, la cual se refiere más bien a la serie de fechas y eventos registrados, como datos y como hechos, independientemente de si éstos han sido sentidos y experimentados por alguien. (HALBWACHS, 2002, p. 2).

⁴⁴ Émile Durkheim, sociólogo francês e um dos idealizadores do modelo científico, o Positivismo, ao realizar o seu estudo com tribos aborígenes australianas, que dará origem ao livro lançado no ano de 1912, "As formas elementares da vida religiosa".

no momento em que se produz, afeta, além dos órgãos, o próprio espírito, isto é, as representações presentes e passadas que o constituem, desde que se admita, como nós, que as representações passadas subsistem conosco (Durkheim, 2007, p. 26).

Halbwachs (1990), enquanto seguidor dos pressupostos durkheimianos, se aproxima dessa noção de representação, quando aponta as características ou condições de fixação da memória, afirmando que:

Sociedades religiosas, políticas, econômicas, familiares, grupos de amigos, relações, e mesmo reuniões efêmeras de salão, numa sala de espetáculos, na rua, todas imobilizam o tempo à sua maneira, ou impõem a seus membros a ilusão de que por uma certa duração, ao menos, num mundo que se transforma incessantemente, algumas zonas adquiriram uma estabilidade e um equilíbrio relativos, e que nada de essencial ali se transformou por um período mais ou menos longo (HALBWACHS, 1990, p. 130).

As representações corresponderiam, então, a um conjunto fundamental de ações psíquicas que envolvem a objetivação de objetos ou pensamentos ausentes, capazes de criar, recriar, significar e ressignificar o mundo, de modo que em seus aspectos coletivo ou social, elas seriam a síntese do pensamento humano sobre si mesmo e sobre os objetos. Fazendo uso desse conceito, Durkheim se aproxima do fenômeno da memória conceituando-a como sendo:

Os resíduos deixados por nossa vida anterior, (...) os hábitos contraídos, os preconceitos, as tendências que nos movem sem que disso nos apercebamos (...) tudo aquilo que constitui nossa característica moral (DURKHEIM, 2007, p. 12).

Entretanto, Halbwachs (1990) avançando com os estudos sociais acerca da religião e das crenças sociais em *Les Cadres*

Sociaux de la Mémoire apontará para um caminho de equivalência (dependência) entre representação coletiva e memória coletiva, de modo que ele conceberá a toda crença religiosa um tipo de representação coletiva que, por sua vez, se manifesta por meio das lembranças do passado, capazes de fazer com que o presente exista sobre a forma de tradição:

Assim, em um ou outro caso, a sociedade não admitiria nenhum compromisso entre a consciência das condições presentes, e o afeto às crenças tradicionais: ela se alicerçaria inteira sobre um ou sobre outro. Mas o pensamento social não é abstrato. Mesmo quando corresponde ao presente, e que o exprime, as ideias da sociedade tomam sempre corpo nas pessoas ou nos grupos; atrás de um título, uma virtude, uma qualidade, ela vê em seguida aqueles que os possuem; ora grupos e pessoas existem e deixam seus traços na memória dos homens. Não há, neste sentido, ideia social que não seja ao mesmo tempo uma lembrança da sociedade (HALBWACHS, 1952, p. 210, tradução nossa)⁴⁵.

Dito de outra maneira, o que realiza Halbwachs é um trabalho teórico e filosófico que visa compreender que em todo presente existe uma essência de passado. Assim, as representações coletivas tais como as crenças sociais e religiosas são dotadas, sobretudo, de lembranças coletivas que organizadas representam uma memória coletiva "donde resulta que o pensamento social é essencialmente uma memória, e todo o seu conteúdo é o de memórias coletivas" (HALBWACHS, 1952, p.

⁴⁵ "Ainsi, dans l'un et l'autre cas, la société n'admettrait aucun compromis entre la conscience des conditions présentes, et l'attachement à des croyances traditionnelles: elle se fonderait tout entière sur l'un, ou sur l'autre. Mais la pensée sociale n'est pas abstraite. Même lorsqu'elles correspondent au présent, et qu'elles l'expriment, les idées de la société prennent toujours corps dans des personnes ou dans des groupes; derrière un titre, une vertu, une qualité, elle voit tout de suite ceux qui la possèdent; or des groupes et des personnes existent dans la durée et laissent leur trace dans la mémoire des hommes. Il n'y a pas en ce sens d'idée sociale qui ne soit en même temps un souvenir de la société". (HALBWACHS, 1952, p. 210).

211, tradução nossa)⁴⁶.

Assim, a memória coletiva será o produto consciente e inconsciente de uma realização no presente, em vias do futuro, do uso da lembrança enquanto passado, compreendida, segundo Halbwachs (1990, p. 52), como o "efeito de várias séries de pensamentos coletivos emaranhados, (à qual) [...] não podemos atribuí-la exclusivamente a nenhuma dentre elas" bem como ainda o uso de uma significação histórica, e por tal razão, repleta de relações de forças de determinados grupos coletivos, que pelo uso do poder, em sua compreensão indissociável com o social, sob aspectos que envolvem principalmente as concepções e sentimentos de nação, cultura, patrimônio e identidade de um povo, produzem um discurso memorialístico de natureza dita coletiva.

Neste aspecto, a memória é tida por Halbwachs como de natureza coletiva, resultado do envolvimento direto de pessoas no interior do grupo. É, pois, nessa coletivização de experiências e lembranças, compreendida como sinônimo de social, que Halbwachs acredita haver a elaboração, a significação e a interpretação de uma memória coletiva, que se caracteriza pelo compartilhamento das lembranças de cada indivíduo pertencente a um grupo. Desse modo, o indivíduo que:

Perde o sentido da relação com o próprio passado perde também um elemento fundamental de sua identidade, ou seja, a capacidade de perceber sua própria continuidade, de se reconhecer como mesmo no decorrer do tempo (TEDESCO, 2004, p. 64).

Ou seja, apenas através da coletivização e das trocas de lembranças dentro de um grupo é que seria possível obtermos uma memória que não seria apenas o somatório de memórias

⁴⁶ "D'où il résulte que la pensée sociale est essentiellement une mémoire, et que tout son contenu n'est fait que de souvenirs collectifs".

individuais, mas sim, o relacionamento de lembranças lembradas e esquecidas de um sujeito, na construção da memória, pois:

[...] nossas lembranças permanecem coletivas, e elas nos são lembradas pelos outros, mesmo que se trate de acontecimentos nos quais só nós estivemos envolvidos, e com objetos que só nós vimos. É porque, em realidade, nunca estamos sós. Não é necessário que outros homens estejam lá, que se distingam materialmente de nós: porque temos sempre conosco e em nós uma quantidade de pessoas que não se confundem (HALBWACHS, 1990, p, 26).

Há, contudo, que se observar que "os homens, quando são colocados juntos, não se convertem em outra espécie de substância" (MILL, 1882 *apud* CARR, 2011, p. 67), isto é, não necessariamente o agrupamento de vários sujeitos em torno de um objetivo, causa, ideal, dentre outros, o fazem um grupo coeso, mas sempre um grupo ou coletivo ambíguo em suas significações, compreensões e interpretações, prestes a eclodir em seu interior divergências, lembranças e esquecimentos.

Dessa feita, a memória coletiva busca na lembrança das práticas, dos hábitos e dos fatos realizados individualmente em grupo ou em sociedade, alguma forma de cristalizá-los ou torná-los consensos sociais, como são os casos dos ritos, das festas, das celebrações públicas entre outros, conforme Paul Ricouer (2007, p. 129) afirma, ao dizer que:

É por analogia apenas, e em relação à consciência individual e à sua memória, que se considera a memória coletiva como uma coletânea dos rastros deixados pelos acontecimentos que afetaram o curso da história dos grupos envolvidos, e que se lhe reconhece o poder de encenar essas lembranças comuns por ocasião de festas, ritos, celebrações públicas.

Nesse sentido, a memória coletiva consiste em uma busca no passado dos aspectos mais fundamentais aos indivíduos para

construção de uma memória concreta, inviolável e inquestionável, capaz de manter a ordem e a unidade tendo por consequência o progresso da sociedade e das ciências. A sua produção estaria relacionada, por conseguinte, às práticas socialmente produzidas isoladamente ou em grupos organizados ou não.

No caso em pauta, concordamos com Murguia (2010), de que independentemente da abordagem do pensamento, é fundamental pensar a memória na sua dinamicidade, ou seja, nos fluxos de ativação e de esquecimento. Nos motivos ou razões pelos quais prevalece outro aspecto da mesma. Pensar também que os motivos não são unicamente internos, mas também externos (MURGUIA, 2010).

Dessa forma, a memória é aquela que envolvida em uma trama de relações sociais e de perspectivas simétricas com dispositivos de regulação, autorização e controle do discurso e de práticas e informações, é capaz de representar de diversos pontos, ângulos e limites aquilo que é e foi criado, concebido e manipulado como sendo o passado de um grupo social, através de um discurso de verdade⁴⁷.

Sobre esse aspecto, é necessário observar a memória coletiva e a memória social como dois conceitos ou derivações distintas de um mesmo fenômeno: a memória. Em vista disso, a coletivização ou socialização dessa são condições características e tipificadas, significações singulares para um fenômeno único. Portanto, acredita-se que a memória seja um fenômeno situado em pontos interconexos, entre o passado-presente-futuro, fluidos por natureza e de distintas representações que, por sua efemeridade, ela muda de um ponto ao outro. Trata-se, então, de observar a rede simétrica que compõe e é, ao mesmo tempo, parte da memória em suas diversas

⁴⁷ "Verdade", compreendida através de Foucault como Regimes de Verdade, atuando no entendimento das transformações dos processos que conferem em um determinado momento um estatuto de verdade a determinadas práticas, estabelecendo-se estágios de governo e governança.

formas. Pois, a memória coletiva tal como ela se apresenta nos seus conceitos somente é a unidade daquilo que representa, mas não a multiplicidade do que é representado.

4 MATIZANDO AS NOÇÕES, APONTANDO EVIDÊNCIAS

Derrida atribuiu ao arquivo uma condição de vivência, de ser ou de subjetivação que se aproxima das leituras foucaultianas a respeito de uma provável subjetivação arquivística: os homens são aquilo que os arquivos arquivaram, arquivam, coordenam e organizam sobre eles mesmos. Assim, isso que é arquivado, coordenado e organizado é o próprio enunciado enquanto acontecimento. Foucault, por sua vez, aponta para a necessidade de criar séries de arquivos, isto é, deixar granular todo o conteúdo do arquivo, ampliando as possibilidades temporais de análise e diversificando suas perspectivas investigativas. O arquivo é o primeiro que fala - como numa espécie de elipse⁴⁸ ou de um exergo -, oculto e aparente ao mesmo tempo. O arquivo é assim um instituidor e conservador visto definir e estabelecer a força de resistência e de conservação. É tanto criador quanto definidor das regras de enunciação, pois "ele tem força de lei, de uma lei que é a da casa (*oikos*), da casa como lugar, domicílio, família, instituição" (DERRIDA, 2001, p. 17-18). O arquivista, nesse contexto, torna-se o verdadeiro operacionalizador de uma "pulsão de morte" nos arquivos, devendo "aceitar, ao invés de negar sua própria historicidade, isto é, sua própria participação no processo histórico" (COOK, 2012, p. 17).

Nessa constituição plena, o arquivo passa a ser pensado a partir de uma característica potencializadora, já que como fora afirmado, ele é tanto instituidor como conservador. Nesse aspecto, é possível pensar a memória, ou seja, a relação do arquivo com a memória a partir de um princípio de conservação, avaliação e institucionalização, uma vez que, enquanto estrato, ele é constituído de documentos, pessoas, objetos e

⁴⁸ Elipse entendida no sentido gramatical e semântico de uma supressão ou omissão de termos em uma frase.

informações, por onde a memória pode ser elaborada, constituída, disseminada, tomada, contestada e atualizada. Em termos hegelianos, dir-se-ia que realizar uma investigação dessa ordem seria o mesmo que realizar um estudo acerca do *espirito do objetivo*⁴⁹. De acordo com esse viés, o foco seria o de perceber como é que as idealidades⁵⁰ (memórias) que os homens produzem se tornam independentes a eles mesmos. Ou seja, como é que a memória que nós produzimos se torna independente de forma que esta seja capaz de nos conduzir.

Dessarte, enquanto elemento de documentos e informações, o arquivo será o elemento que dará sustentação para a memória, já que a essência primária da memória não é outra senão a mesma essência do arquivo. Assim sendo, se a sua essência é a informação, a essência da memória também será a informação, já que precede que a essência da memória seja a essência do arquivo.

A memória será então o resultado de ações agenciadas no interior dos arquivos através de dispositivos de criação, regulação, afirmação de uma informação presente no passado, tendo em vista que os dispositivos têm por função criar significados semânticos e representacionais. Desse modo, "tais construções de memória se dão justamente por meio das escolhas e recortes operados através dos documentos" (LOUREIRO; SOUZA, 2009, p. 181), respondendo ainda a questões e relações de poder. Neste sentido, a figura do arquivo aparece como possuidora de uma natureza impura, sempre talhada quer seja

⁴⁹ Hegel chamou de *espírito do objetivo* "la idea absoluta, pero que está-siendo sólo en si; por cuanto el espíritu está así sobre el suelo de la finitud, su racionalidad efectivamente real retiene en ella misma el aspecto del aparecer exterior." (HEGEL, 2005, p. 522).

⁵⁰ Segundo a filosofia de Hegel, a realidade é engendrada por essas idealidades, ou seja, a realidade é produzida por processos de objetivação das ideias, pois "a idealidade não é algo que haja fora e ao lado da realidade, mas o conceito de idealidade consiste expressamente em ser a verdade da realidade, isto é, que a realidade posta como é em si, mostra-se ela mesma como idealidade." (HEGEL, 2005, p. 194).

pelo passado que a produziu, quanto pelo presente que lhe representa e o futuro que lhe ressignifica.

Sabendo que aquilo que constitui os dispositivos de informação para além dos seus aspectos técnicos, enunciativos e discursivos são verdadeiramente os agenciamentos, para os espaços dos arquivos, é preciso considerar que sua constituição ocorre por meio de processamentos e relações não somente entre humanos, mas, sobretudo entre humano e não humanos, tais como com o próprio documento, os móveis, o espaço e a natureza, já que a "relação do humano com a matéria - com a natureza, com os objetos, com as máquinas - é uma relação não de formatação, mas de acoplamento, de composição" (OLIVEIRA, 2005, p. 58). Neste caso, considera-se a relação híbrida que constitui e é, ao mesmo tempo, o espaço do arquivo e de suas relações múltiplas com o social. Dessa forma, os arquivos podem ser pensados enquanto capacidade maquinica de produção incessante, de atualização, territorialização e desterritorialização, em associação com a informação, os objetos e os humanos, já que "o que faz máquina, falando propriamente, são as conexões, todas as conexões que conduzem à desmontagem" (DELEUZE, 2014, p. 148). Por conseguinte, a partir desses termos, é possível afirmar que os arquivos são elementos de montagem, serialização e decomposição, conforme apontam Derrida e Foucault, já que os arquivos não são algo dado, mas uma constante que não cessa de produzir sobre si mesmo, bem como sob os envolvidos, aproximados, articulados e distantes elementos que associam a ele efeitos de devires informacionais, memoriais e humanos.

O dispositivo de memória, compreendido como discursos em suas "regras, usos, justificativas e normativas" (MURGUIA, 2010, p. 24), agentes, documentos/monumentos⁵¹ e instituições⁵²,

⁵¹ Todo documento é monumento, de modo que o documento enquanto produção da sociedade, deve ser investigado em termos de uma monumentalização subsidiária para a memória coletiva e à história (LE GOFF, 1990, p. 545).

atua no mesmo sentido de definir o que será lembrado, esquecido, rememorado pelos sujeitos, o que, de certo modo, define a caracterização de uma memória cuja propriedade é social. É importante pontuar que se deve, ainda, saber quais poderes estão na relação e definição dos discursos memorialísticos, já que:

Uma característica forte do discurso é que ele repousa sempre em um "já dito" - fatos de discursos anteriores que se entrelaçam em um relacionamento complexo onde se definem as regras de existência e prática dos enunciados presentes nas formações discursivas (LOUREIRO; SOUZA, 2009, p. 178).

Nesse contexto, contudo, e retornando à questão do poder, este será colocado aqui de maneira "natural" e cotidiana à memória coletiva, que se apresenta como aquela onde as influências de poder definem o que deve e o que pode ser lembrado. Temos então a memória, como aquela que se constitui em uma gênese de atuação de poderes, através da via do discurso do esquecimento, que ao fazer esquecer, já indica o que será lembrado. Nesse aspecto, podemos considerar que toda memória é positiva, no sentido do termo positividade utilizado e interpretado por Agamben⁵², de modo que ela sempre se configura de maneira subjugada, interpretada, interpelada a falar mediante as condições, ou melhor, sob os regimes de sua época. Sendo assim, é preciso e cabe à Ciência da Informação identificar e compreender o dispositivo que condiciona o fenômeno da memória sob tal maneira e os agenciamentos que a atualizam.

Cabe estabelecer ainda que a memória coletiva possui característica muito semelhante a do dispositivo, visto que ela possui uma forma de visibilidade, uma forma de enunciação

⁵² Instituições pensadas a partir da concepção de "lugares de memória" de Pierre Nora, que a define com base em três sentidos da palavra: material, simbólico e funcional, todos coexistindo simultaneamente. (NORA, 1993, p. 21).

⁵³ Agamben utiliza-se das interpretações de Jean Hyppolite a respeito do jovem Hegel para poder aproximar o conceito de positividade da noção de dispositivo em Foucault, por isso considera que a positividade é uma força carregada de regras, ritos e instituições impostas aos homens.

capaz de estabelecer aquilo que será compreendido como efeito da memória através do discurso, a exemplo dos elementos da identidade, do sentimento de pertencimento, nação, pois, conforme afirma Murguia (2010, p. 23), “o discurso da memória estaria articulado com seus objetivos, como por exemplo, a unificação pela identidade e pertencimento”. Contrariamente, outros dois elementos são identificados por Murguia (2010), na relação da memória enquanto dispositivo: são os de agente e *instituição*. Baseada e caracterizada por esse fenômeno que tem por condição produzir efeitos ou sentidos de lembrança, sentidos de identidade, a memória coletiva terá como característica o “retorno” dos elementos do passado, e que lhe é constituidora para, a partir disso, fazer com que os grupos sejam coesos, as pessoas se unifiquem em torno de um discurso de memória. Nessa circunstância, a memória coletiva se aproxima da ideia de dispositivo, de modo que ela se sobrecarrega dos mesmos elementos de um dispositivo, conforme aponta Agamben, ou seja, o da captura e do estabelecimento daquilo que pode ser visto e tido como memória, e ainda das linhas apontadas por Deleuze.

Contudo, se a memória é um dispositivo e se ela é uma máquina de fazer e fazer falar, obedecendo à composição multilinear que Deleuze aponta para o dispositivo, então, é necessário também respeitar que a memória possua a sua terceira linha, que seria a fuga. Pois é necessariamente nessa linha de fuga, que se encontrará a possibilidade de existência de uma memória social pensada como sendo um agenciamento ocorrido no interior dos dispositivos de informação e de memória. Então a memória é um fenômeno único que, por sua vez, será capaz de estabelecer a regra e a norma através de uma formatação coletiva. Porém, como ela é composta de linhas, a linha de fuga é verdadeiramente a linha que possibilita a constituição da memória social, ou seja, a linha do contraditório e da atualização. Assim, o entendimento de memória coletiva se aproxima da ideia de memória enquanto dispositivo a partir das suas duas

primeiras linhas. Já a memória social, fazendo parte do mesmo fenômeno da memória, pertence à linha de fuga desse dispositivo de informação e memória. Desse modo, a memória social é aquela que se encontra estreitamente relacionada com o dispositivo, mas, sobretudo, com os agenciamentos potencializadores de resistência e mudança. Dessa feita, a memória social se posiciona como sendo uma memória contracoletiva e assim sendo, o elemento que faz com que ela se torne contracoletiva é justamente o movimento de agência que ocorre no interior do dispositivo de memória, promovendo então uma atualização deste.

Desse modo, temos que o elemento de aproximação entre memória e arquivo se dá pela via do discurso e da verdade, conduzindo para o dispositivo e para o agenciamento, já que a informação e os arquivos enquanto discurso são os promotores de agência. E a memória coletiva enquanto verdade situa-se em aproximação com o dispositivo, atualizando-se através dos agenciamentos informacionais presentes nos arquivos e demais instituições e lugares, já que

A memória precisa de atualização (por meio de repetições orais, rituais, textos e documentos), de algum episódio ou de algum personagem previamente, sedimentado na memória coletiva (MURGUIA, 2010, p. 24).

Isso faz com que essa atualização possibilite atuar como efeito de um contradiscurso, aqui denominado de memória social. Ou seja, a memória social é a atualização agenciada da memória coletiva enquanto dispositivo, situando-se como contracoletiva, de modo que a fuga da memória coletiva é a memória social. A memória social evidencia-se, então, como um complexo jogo de afecções e revocações em movimentos não lineares, fluxos conectivos e desconectivos que atuam num constante devir outro perante o sujeito instituindo-lhe subjetividades. Nessa direção, a memória encontra-se articulada em constantes

processos de pulsão entre a vida e a morte no interior do social, que envolvem pessoas e informações na composição dos arquivos enquanto elementos de agenciamento nos dispositivos de informação na sociedade contemporânea.

Pensando assim, tem-se que a informação como força constitutiva na sociedade (BRAMAN, 1989) seja aquela aplicada enquanto dispositivo de unificação, daquilo que faz com que as coisas sejam congregadas, ou melhor, sejam elaboradas no interior dos arquivos, capaz de "criar e manter a memória politicamente útil". (BRAMAN, 2006, tradução nossa)⁵⁴. Neste caso, a informação pensada a partir da concepção de dispositivo, tal como destaca Gonzalez de Gomez, será capaz de produzir ou criar novos dispositivos, e assim sendo, o dispositivo de informação é o componente que situado no interior dos arquivos, na composição das memórias, é capaz de fazer com que os três elementos, *informação, arquivo e memória* atuem na sociedade, nos sujeitos a partir de uma composição, de um estabelecimento e de uma resistência. O dispositivo de informação presente nos arquivos é o elemento que congrega e potencializa as informações, produzindo como efeito memórias de uso tático, quer sejam elas coletivas ou sociais.

⁵⁴ "create and sustain politically useful memory" (BRAMAN, 2006).

5 EFETUANDO O NÓ, AMPLIANDO O CORTE: CONSIDERAÇÕES FINAIS

E no princípio era o verbo⁵⁵, e o verbo era o arquivo!

O que constitui o arquivo é antes de tudo um princípio de ação; uma ação intencional que se documenta e se arquiva, preserva, guarda e utiliza algo. Por esse princípio de ação, constituem-se os arquivos enquanto resultados de uma vontade de arquivar. Atrelados, em especial, aos aspectos da administração burocrática estatal, os arquivos se multiplicam não somente em gêneros e números, mas, sobretudo, em novas formas de ação. Na sociedade da biopolítica, os arquivos atuam, principalmente, no governo dos homens, pois é através daquilo que é dito e registrado que será possível estabelecer uma ordem de governamentalidade produzida e conduzida pelos arquivos.

Foi destacado que as duas principais técnicas aplicadas nos arquivos, seleção e avaliação, constituem-se em verdadeiros operacionalizadores de vida e morte nos arquivos, tal como uma "vontade de arquivo", capaz de definir o que será arquivado e o que será eliminado do conjunto documental. Tal execução se efetua a partir de razões e vontades específicas, dando forma, qualidade e direcionamento às informações, estabelecendo o que chamamos também de subjetivização arquivística.

É, pois, necessário tomar as instituições arquivísticas como elementos estratégicos de políticas memoriais, onde a informação, as teorias e as técnicas desenvolvidas no seu interior atuam na promoção de visibilidade e enunciação de discursos de memória agindo sob a forma de um dispositivo de informação capaz de capturar os elementos necessários para a

⁵⁵ Compreendendo o "verbo" enquanto condição de ação, ação criadora, ação de agir, ação de fazer.

governança dos homens, sob os aspectos da identidade, da nação e da cultura.

Assim sendo, e considerando os dispositivos de informação a partir da sua condição múltipla geradora de outros dispositivos, os arquivos são tomados como instrumentos de agenciamento para a execução e criação dos dispositivos de memória, constituindo efeitos de memória seja ela coletiva ou social.

Sob este aspecto, a memória coletiva seria então uma espécie de dispositivo composto de discursos de verdade que, por sua vez, apresenta na condição de arquivo, ou seja, como conjunto de regras possíveis para que possa emergir em uma determinada época um tipo de discurso capaz de agir sobre os homens, tornando-os sujeitos de uma memória. Nesse ponto de vista, articulam-se modos de visibilidade e ocultação que, na qualidade de produto de ações dispositivas de criação, regulação e afirmação de uma informação presente no passado, fazem com que a memória possua a capacidade de criar significados semânticos (fazer falar), representacionais (fazer ver) e subjetivos (fabricação de sujeitos).

Seguindo esse pensamento, o olhar isolado da memória, embora às vezes assimilado pelo outro, permite a construção ou identificação de uma memória coletiva. No entanto, é necessário perceber que os indivíduos não estão isolados nos grupos, mesmo que interagindo com outros grupos, pois considerando-os como seres históricos e desejantes, ou seja, que promovem agenciamentos temporais e espaciais de acordo com o balanço irregular das sociedades, eles teriam que territorializar, desterritorializar, reproduzir, rememorar e representar uma memória social, em vias de uma nova projeção da memória, agora já marcada pelas percepções do presente. Trata-se, então, de uma relação construída por atores sociais, regidos por ordens (regimes) sociais em busca de uma ressignificação de uma memória que se apresenta como coletiva, mas que na verdade é soci-

al. Dessa forma, comprehende-se o social através da sua relação com o tempo, ou seja, através da sua relação com o movimento. É possível realizar uma análise híbrida envolvente entre a memória enquanto percepção, e a afecção e o social enquanto movimento.

Tendo em vista esse panorama, após ter tomado como premissa a afirmação de que o pensamento de Foucault encontra-se voltado para os modos de ocultação e visibilidade mais do que daquilo que é propriamente oculto, foi possível estabelecer a compreensão tênue, ainda que momentaneamente, que envolve os arquivos, a informação e a memória em associação com os dispositivos de informação e os agenciamentos. Assim, a memória coletiva seria então uma espécie de dispositivo composto de discursos de verdade que, por sua vez, apresentaria o conjunto de regras possíveis para que possa emergir em uma determinada época um tipo de discurso capaz de agir sobre os homens, tornando-os sujeitos de um certo tipo de memória. Contudo, a memória social é a atualização agenciada da memória coletiva enquanto dispositivo, situando-se como contracoletiva, de modo que a fuga da memória coletiva é a memória social.

Sendo então uma tomada realizada pelo homem, os arquivos e a memória fazem emergir como resultado um saber, um poder e um sujeito, ao mesmo passo que estes são também elementos constitutivos próprios. O objetivo de uma pesquisa que toma a memória e o arquivo sob este viés será o de denunciar as formas de como a memória se apresenta perante a sociedade através das instituições arquivísticas, sejam públicas ou privadas. Neste caso, um dos papéis da Ciência da Informação seria o de revelar as condições, seja ela social, política ou econômica em que foi possível emergir um tipo de memória carregada de elementos informacionais uma vez que, enquanto fenômeno social de informação, a memória deve ser analisada em su-

as relações políticas, sobretudo na sua concepção tática⁵⁶, já que se trata de uma ação direta nos homens.

⁵⁶ Tática entendida conforme o pensamento de Sandra Brahma, ao apontar que "We can call these the techniques of tactical memory because they create and sustain politically effective memory. They include treatment of scale as a medium, technological discretion, and collaboration" (BRAMAN, 2006).

REFERÊNCIAS

- AGAMBEN, G. O que é um dispositivo? In: **O que é o contemporâneo e outros ensaios**. Chapecó: Argos, 2009.
- ARISTÓTELES (384-322 a.C). **Parva Naturalia**. São Paulo: EDIPRO, 2012.
- AVELINO. N. **Anarquistas: ética e antologia de existências**. Rio de Janeiro: Achiamé, 2004.
- BAUGH, B. How Deleuze Can Help us Make Literature Work. In: BUCHANAN, I.; MARKS, J. (ed.). **Deleuze and Literature**. Edinburg, 2000. p. 34-56.
- BELLOTO, H. L. **Arquivos permanentes**: tratamento documental. 2. ed. Rio de Janeiro: FGV, 2004.
- BERGSON, H. **Matéria e Memória**. São Paulo: Martins Fontes, 2006.
- BRASIL. **Lei nº 8.159, de 08 de janeiro de 1991**. Dispõe sobre a política nacional de arquivos públicos e privados e dá outras providências. Disponível em: <<http://www.conarq.arquivonacional.gov.br/cgi/cgilua.exe/sys/start.htm>>. Acesso em: 10 de maio de 2014.
- BRAMAN. S. Defining Information: an approach for policymakers. In: **Telecommunications Policy**, v. 13, n. 3, september 1989.
- _____. Tactical memory: the politics of openness in the construction of memory. In: **First Monday**, v. 11, n. 7, 2006.
- BROTHMAN. B. Orders of Value: probing the theoretical terms of archival practice. In: **Archivaria**, n. 32, Summer 1991.
- CARR, E. H. **Que é História?** São Paulo: Paz e Terra, 2011.
- CASTRO, E. **Vocabulário de Foucault**: um percurso pelos seus temas, conceitos e autores. Belo Horizonte: Ed. Autêntica, 2009.
- COOK. T. A ciência arquivística e o pós-modernismo: novas formulações para conceitos antigos. In: **InCID: Revista de Ciência da Informação e Documentação**, Ribeirão Preto, v. 3, n. 2, p. 2-27, jul./dez. 2012.
- DELEUZE, G. ¿Qué es un dispositivo? In: BALBIER, E. et al. **Michel Foucault, filósofo**. Barcelona: Gedisa, 1990.

- _____. **Deux régimes de fous.** Textes et entretiens 1975-1995. Edição preparada por David Lapoujade. Paris: Les Éditions de Minuit, 2003.
- _____. **Foucault.** São Paulo: Brasiliense, 2006.
- _____. **Bergsonismo.** São Paulo: Editora 34, 2012.
- DELEUZE. G; GUATTARI. F. **Mil Platôs**, v. 2. São Paulo: Editora 34, 2011.
- _____. **Kafka:** por uma literatura menor. Belo Horizonte: Ed. Autêntica, 2014.
- DELEUZE. G; PARNET, C. **Diálogos.** São Paulo: Escuta, 1998.
- DERRIDA, J. **Mal de Arquivo:** uma impressão freudiana. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2001.
- Dicionário de Terminologia Arquivística.** Ana Maria Camargo; Heloísa Liberalli Bellotto (Coord.). São Paulo (Brasil): Associação dos Arquivistas Brasileiros / Núcleo Regional de São Paulo: Secretaria de Estado da Cultura, 1996.
- DREYFUS, H. L.; RABINOW, P. **Michel Foucault, uma trajetória filosófica (além do estruturalismo e da hermenêutica).** Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1995.
- DURKHEIM, É. **As formas elementares de vida religiosa.** São Paulo: Edições Paulinas, 1989.
- DURKHEIM, É. Representações individuais e coletivas. In: _____. **Sociologia e Filosofia.** 2. ed. São Paulo: Ícone, 2007. p. 9-43.
- EIZIRIK, M. **Michel Foucault:** um pensador do presente. 2. ed. Ijuí: Unijuí, 2005.
- ERIBON, D. **Michel Foucault:** uma biografia. São Paulo: Companhia das Letras, 1990.
- FANLO, L. G. ¿Qué es un dispositivo?: Foucault, Deleuze, Agamben. In: A Parte Rei. **Revista de Filosofia**, v. 74, marzo 2011.
- FOUCAULT, M. **História da loucura na idade clássica.** São Paulo: Perspectiva, 1978.
- _____. **O Nascimento da Clínica.** Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1998.

- . **Ditos e escritos II:** arqueologia das ciências e história dos sistemas de pensamento. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2000.
- . **Vigiar e punir:** história da violência nas prisões. São Paulo: Vozes, 2001.
- . **As palavras e as coisas:** uma arqueologia das ciências humanas. São Paulo: Martins Fontes, 1981.
- . **Entrevistas.** Roger Pol-Droit. São Paulo: Graal, 2006.
- . **A arqueologia do saber,** 7. ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2009a.
- . **A ordem do discurso.** Aula Inaugural no Collège de France, pronunciada em 2 de dezembro de 1970. 18^a ed. Editora Loyola. São Paulo: 2009b.
- . **História da sexualidade:** a vontade de saber. Rio de Janeiro: Graal, 2009c.
- . **História da sexualidade:** o uso dos prazeres. Rio de Janeiro: Graal, 2009d.
- . **História da sexualidade:** o cuidado de si. Rio de Janeiro: Graal, 2009e.
- . **Microfísica do Poder.** Organização e tradução Roberto Machado. Rio de Janeiro: Graal, 2010a.
- . **Governo de si e dos outros:** curso no Collège de France (1982-1984). São Paulo: Martins Fontes. São Paulo: 2010b.
- . **Governo dos vivos:** curso no Collège de France, 1979-1980 (excertos). Organização de Nildo Avelino. São Paulo - Centro de Cultura Social; Rio de Janeiro: Achiamé, 2011.
- . **Mal faire, dire vrai. Fonction de l'aveu en justice** - Cours de M. Foucault (Louvain, 1981). Presses universitaires de Louvain: Louvain-la-Neuve, 2012.
- FROHMANN, B. Taking information policy beyond information science: applying the actor network theory. In: **ANNUAL CONFERENCE OF THE CANADIAN ASSOCIATION FOR INFORMATION SCIENCE**, 23, 1995, Edmonton, Alberta. Proceedings... Alberta, 1995.
- . O caráter social, material e público da informação. In: FUJITA, M.; MARTELETO, R.; LARA, M. (Org.). **A**

dimensão epistemológica da ciência da informação e suas interfaces técnicas, políticas e institucionais nos processos de produção, acesso e disseminação da informação. São Paulo: Cultura Acadêmica; Marília: Fundepe, 2008, p. 19-34.

GONÇALVES, R. C. A História e o oceano da memória: algumas reflexões. In: **Saeculum**, p. 13-39, jan./dez. 1999.

GONZALÉZ DE GÓMEZ, M. N. de. Da organização do conhecimento às políticas de informação. **INFORMARE**, Rio de Janeiro, v. 2, n. 2, p.58-66, 1996.

. Escopo e abrangência da Ciência da Informação e a Pós-graduação na área: anotações para uma reflexão. **Transinformação**, Campinas, SP, v. 15, n. 1, p. 31-43, jan./abr. 2003.

. Regime de informação: construção de um conceito. **Informação & Sociedade: Estudos**, João Pessoa, v. 22, n. 3, p. 43-60, set./dez. 2012.

GROS. F. Situação do curso. In: FOUCAULT, M. **Governo de si e dos outros**. Curso no Collège de France (1982-1984). São Paulo: Martins Fontes, 2010.

GUTTING, G. **French philosophy in the twentieth century**. Cambridge: Cambridge University Press, 2001.

HALBWACHS, M. **Les cadres sociaux de la mémoire**. Paris: Les Presses universitaires de France: Nouvelle édition, p. 299, 1952.

. Fragmentos de la memoria colectiva. Seleção e tradução de Miguel Angel Aguilar. **Athenea Digital**, n. 2, otoño 2002.

. **A memória coletiva**. São Paulo: Edições Vértice, 1990.

HEIDEGGER, M. **Ensaios e conferências**. Petrópolis: Vozes, 2002.

JARDIM, J. M. A invenção da memória nos arquivos públicos. **Ciência da Informação**, Brasília, DF, v. 25, n. 2, 1995.

. **Transparência e opacidade do estado no Brasil**: usos e desusos da informação governamental. Niterói: EdUFF, 1999.

LATOUR, B. **Jamais fomos modernos**: ensaio de antropologia simétrica. Rio de Janeiro: Editora 34, 1994.

LEAL. A. Verdade e desejo: a hermenêutica confessional como condição de surgimento de saberes psi. **Memorandum**, n. 8, abril, 2005.

LE GOFF, J. **História e memória**. Campinas, SP: Ed. UNICAMP, 1990.

LOUSADA, M. A evolução epistemológica do conceito de avaliação documental na arquivística e sua importância para a construção da memória. **RICI: Revista Ibero-americana de Ciência da Informação**, Brasília, DF, v. 5, n. 2, jul./dez. 2012.

LOUREIRO, J. M. M; SOUZA, D. M. V. Possibilidades de contribuição do olhar foucaultiano para a reflexão sobre as construções de memória a partir dos museus de ciência. In: **Actas do I Seminário de Investigação em Museologia dos Países de Língua Portuguesa e Espanhola**, v. 1, p. 175-185, 2009.

LOWENTHAL, D. Como conhecemos o passado? In: **Proj. História**, São Paulo, v. 17, novembro de 1998.

MACHADO, R. **Ciência e saber**: a trajetória da arqueologia de Foucault. Rio de Janeiro: Graal, 1981.

MORIN. E. **O método 6: ética**. 3. ed. Porto Alegre: Sulina, 2007.

MURGUIA. E. I. A memória e a sua relação com arquivos, bibliotecas e museus. In: MURGUIA. E. I. (Org.). **Memória: um lugar de diálogo para Arquivos, Bibliotecas e Museus**. São Carlos: Compacta Gráfica e Editora, 2010.

NORA, P. **Entre memória e história**: a problemática dos lugares. *Projeto História*. São Paulo: PUC, n. 10, p. 07-28, dezembro de 1993.

OLIVEIRA. R. M. Tecnologia e subjetivação: a questão da agência. **Psicologia. Social**, Porto Alegre, v. 17, n. 1, jan./abr. 2005.

ORTEGA, F. **Amizade e estética da existência em Foucault**. Rio de Janeiro: Graal, 1999.

PEIXOTO. M. C. L; OLIVEIRA. D. P. Da reminiscência platônica à construção em análise: um estudo sobre a memória freudiana. **Aletheia**, Canoas, RS, n. 38-39, dezembro de 2012.

PEREIRA. I. M. L.; CHAGAS, P. D. Arquivo e memória: uma análise dos conceitos de arquivo segundo Michel Foucault e Roberto Gonzalez Echevarría. **Fólio - Revista de Letras Vitória da Conquista** v. 3, n. 2, p. 319-331, jul./dez. 2011.

PLATÃO. **Teeteto**. 3. ed. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian; Serviço de Educação e Bolsas, 2010.

POLLAK, M. Memória e identidade social: estudos históricos. **Revista Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, v. 5, n. 10, p. 200-212, 1992.

QUEIROZ, A.; CRUZ, N. V. (Org). **Foucault hoje?**. Rio de Janeiro: 7 Letras, 2007.

REVEL, J. **Michel Foucault**: conceitos essenciais. São Paulo: Claraluz, 2005.

RIBEIRO, F. **Os arquivos na era pós-custodial**: reflexões sobre a mudança que urge operar. Boletim cultural - Câmara Municipal de Vila Nova de Famalicão. Vila Nova de Famalicão: Câmara Municipal. v. 1, 2005, p. 129-133.

RICOEUR, P. **A Memória, a história, o esquecimento**. Campinas: Ed. Unicamp, 2007.

RODRIGUES, E. B; OLIVEIRA. G. M. O conceito de memória na Ciência da Informação: análise das teses e dissertações dos programas de pós-graduação no Brasil. **Liinc em Revista**, Rio de Janeiro, v. 7, n. 1, p. 311-328, março de 2011.

SANTO AGOSTINHO. **Confissões**. Lisboa: Imprensa Nacional, 2001.

SCHELLENBERG, T. R. **Arquivos modernos**: princípios e técnicas. 4. ed. Rio de Janeiro: FGV, 2004.

SILVA. E. P. DA. **A noção de informação arquivística na produção de conhecimento em Arquivologia no Brasil (1996-2006)**. 2009. Dissertação. (Mestrado em Ciência da Informação) - Universidade Federal Fluminense, Niterói, RJ, 2009.

SILVA, K. V; SILVA, M. H. **Dicionário de conceitos históricos**. São Paulo: Contexto, 2009.

SIMSON, O. R. de M. Memória, cultura e poder na sociedade do esquecimento. **Augusto Guzzo Revista Acadêmica**, n. 6, 2003.

SOUTO, C. A. T. Nietzsche e Foucault: da morte de Deus à morte do homem. **SABERES**, Natal, v. 1, n. 6, fevereiro de 2011.

TEDESCO, J. C. **Nas cercanias da memória**: temporalidade, experiência e narração. Passo Fundo: UPF; Caxias do Sul: EDUCS, 2004.

THOMASSEN, T. Uma primeira introdução à arquivologia. **Arquivo & Administração**, Rio de Janeiro, v. 5, n. 1, p. 5-16, 2006.

VASCONCELOS, J. Foucault, pensador do presente. In: QUEIROZ, A; CRUZ, N. V. e (org). **Foucault hoje?** Rio de Janeiro, 7 Letras, 2007.

WILKE. V. C. L. **O dispositivo informacional:** sobre informação, estado e poder na contemporaneidade a partir do contexto das políticas públicas de inclusão digital do governo federal brasileiro. 2009. Tese (Doutorado Ciência da Informação) - Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia (IBICT), Niterói, Rio de Janeiro, 2009.